



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

LEANDRO COUTINHO SILVA

**MEMÓRIAS DO GOVERNO ESTADUNIDENSE SOBRE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE
1964: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA**

Salvador
2025

LEANDRO COUTINHO SILVA

**MEMÓRIAS DO GOVERNO ESTADUNIDENSE SOBRE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE
1964: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zeny Duarte de Miranda.

Salvador
2025

UFBA Instituto de Ciência da Informação - BIBLIOTECA

S586

Silva, Leandro Coutinho

Memórias do Governo Estadunidense sobre o golpe civil-militar de 1964:

Análise arquivística./ Leandro Coutinho Silva. – Salvador, 2025.

79fls.

Orientadora: Prof^a Dr^a Zeny Duarte de Miranda

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Bahia,

Instituto de Ciência da Informação, 2025.

1. Telegramas dos Estados Unidos 2. Golpe civil-militar em 1964 3. João

Goulart – deposição 4. Arquivo do Jornal Folha de São Paulo 5. Arquivistas –

Gestão Documental I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da

Informação II. Título

CDU: 930.25

LEANDRO COUTINHO SILVA

MEMÓRIAS DO GOVERNO ESTADUNIDENSE SOBRE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovado em: 25 de abril de 2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br ZENY DUARTE DE MIRANDA
Data: 12/06/2025 14:35:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda - Orientadora - UFBA

Assinado por: **MILENA CARLA LIMA DE CARVALHO**
Num. de Identificação: 09972918
Data: 2025.07.05 13:43:48+01'00'

Profa. Dra. Milena Carla Lima de Carvalho - Membro Externo Titular - ISCAP

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIEZER PIRES DA SILVA
Data: 26/06/2025 09:08:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva - Membro Externo Titular - UNIRIO

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO CARLOS PALETTA
Data: 25/06/2025 19:52:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Carlos Paletta - Membro Externo Titular – USP

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO COUTINHO MELLO
Data: 26/06/2025 12:10:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Coutinho Mello - Membro Interno Titular - UFBA

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, aos meus pais, que, desde muito cedo, apesar de não terem tido a oportunidade que tive de acessar ao ensino superior, sempre me ensinaram a importância dos estudos, sobretudo, para os historicamente “invisibilizados” da sociedade.

A todos e todas, que estiveram comigo nesta caminhada difícil, complexa e de muito acúmulo acadêmico-científico.

À Capes – fundação imprescindível para o aprimoramento da ciência e da tecnologia brasileiras, assim como para o desenvolvimento do Brasil –, pelo financiamento desta pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Zeny Duarte de Miranda, por, além de não ter largado minha mão durante os quatro anos de curso, ter me estimulado a sempre buscar a excelência acadêmica.

“Arquivos são instrumentos, arquivos são ferramentas. Ferramentas da administração (seja a dos órgãos públicos, seja a das entidades privadas), ferramentas da cidadania (isto é, dos direitos e dos deveres dos cidadãos), ferramentas do direito, ferramentas da historiografia (isto é, os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador)”

(Heloísa Liberalli Bellotto, 2012)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo depreender – a partir dos telegramas da Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA), recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, bem como da documentação do jornal *Folha de São Paulo* correspondente ao mesmo período, assim como, por meio do levantamento bibliográfico – como o governo dos EUA, institucionalmente, se comportou acerca do golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964. Aborda sobre o Brasil do século XX, bem como acerca da nossa tradição intervencionista e a conjuntura do pré-golpe de 1964. Trata do imperialismo estadunidense e correlacionada política expansionista. Expõe, a partir dos documentos de arquivo, produzidos, sobretudo, no século XX, como se deu a deposição de João Goulart. Explana acerca dos conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos – contextualizando-os com os acervos analisados. Analisa, a partir da teoria arquivística, os telegramas da Embaixada estadunidense recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado, entre os anos de 1961 e 1969, assim como a documentação do jornal *Folha de São Paulo* do mesmo período. Aprofunda o conceito de arquivos de direitos humanos. De abordagem qualitativa, esta investigação possui como método o estudo de caso. Referente aos procedimentos de coleta de dados, esta investigação se utilizou das pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados comprovam que o governo estadunidense atuou para desestabilizar e/ou derrubar governos não alinhados aos próprios interesses, em especial na América Latina no século XX. Conclui-se, que, 1) o governo dos EUA, compreendendo a importância estratégica do Brasil para a geopolítica internacional, apoiou, institucionalmente, o golpe civil-militar de 1964; e 2) os documentos de arquivo, assim como os profissionais da informação, em especial os arquivistas, são imprescindíveis para o desenvolvimento e o aprimoramento de uma sociedade, bem como para a rememoração do passado e o entendimento crítico do tempo presente.

Palavras-chave: Análise Arquivística. Memória. Golpe Civil-militar. Acervo do jornal *Folha de São Paulo*. Telegramas dos EUA.

ABSTRACT

This research aims to understand – based on telegrams from the United States Embassy (USA), received and sent by the State Department between 1961 and 1969, as well as documentation from the Folha de São Paulo newspaper corresponding to the same period, as well as through bibliographical research – how the US government, institutionally, behaved regarding the civil-military coup that occurred in Brazil in 1964. It addresses 20th century Brazil, as well as our interventionist tradition and the situation before the 1964 coup. It deals with US imperialism and its correlated expansionist policy. It exposes, based on archival documents, produced mainly in the 20th century, how the deposition of João Goulart occurred. It explains the concepts of memory, archive, forgetfulness and human rights – contextualizing them with the collections analyzed. Based on archival theory, this study analyzes telegrams from the U.S. Embassy received and sent by the State Department between 1961 and 1969, as well as documents from the Folha de São Paulo newspaper from the same period. It delves deeper into the concept of human rights archives. This research uses a qualitative approach and uses case studies as its method. Regarding data collection procedures, this study used bibliographic and documentary research. The results prove that the U.S. government acted to destabilize and/or overthrow governments that were not aligned with its own interests, especially in Latin America in the 20th century. It is concluded that 1) the U.S. government, understanding the strategic importance of Brazil for international geopolitics, institutionally supported the civil-military coup of 1964; and 2) archival documents, as well as information professionals, especially archivists, are essential for the development and improvement of a society, as well as for remembering the past and critically understanding the present.

Keywords: Archival Analysis. Memory. Civil-military coup. Collection of the newspaper Folha de São Paulo. Telegrams from the USA.

LISTA DE SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
AI-5	Ato Institucional nº 5
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
DOI-CODI	Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 BRASIL, PAÍS DO FUTURO	15
3 A TRADIÇÃO INTERVENCIONISTA BRASILEIRA E A CONJUNTURA NO PRÉ-GOLPE DE 1964	20
4 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E SUA POLÍTICA EXPANSIONISTA	25
5 O QUE DIZEM OS ARQUIVOS SOBRE O GOLPE DE 1964	30
6 MEMÓRIA, ARQUIVO, ESQUECIMENTO E DIREITOS HUMANOS: TEORIAS E CONCEITOS	36
6.1 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA DOS TELEGRAMAS DOS EUA (1961 e 1969)	45
6.2 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (1961 e 1969)	48
6.3 ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS	52
7 PERCURSO METODOLÓGICO	57
8 ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por algumas rupturas democráticas. De variadas formas e intensidades, tais acontecimentos marcaram, sobremaneira, nosso país, deixando, em muitos casos, dada a agressividade com que foram planejados e executados, cicatrizes, até hoje, não superadas.

Sobretudo, no século XX, período marcado por muitos acontecimentos mundo afora – a exemplo das duas guerras mundiais –, compreendendo a conjuntura complexa e marcada por certa instabilidade daquela quadra histórica, nosso país passou por alguns episódios, que contribuíram para retardar e dificultar o processo de democratização pelo qual o país à época passava.

Tais acontecimentos estão relacionados, entre outros fatores, à dificuldade do Brasil em lidar com a democracia e, ao mesmo tempo, com governos sensíveis às demandas e necessidades populares. Sobre a referida prática, recorrente em nosso país, a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 53) sinaliza que: “[...] quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história”.

Em 1964, assim como em praticamente todos os outros momentos em que ocorreram rupturas democráticas, a conjuntura internacional influenciou, em maior ou menor grau, os desdobramentos de tais acontecimentos, dada a importância do Brasil para a geopolítica internacional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deram início a uma disputa que impactou todo o mundo – seja na dimensão política, ideológica, militar, territorial e econômica. Sobre a amplitude e complexidade de tal polarização, Almeida (2009, p. 16) afirma que:

A Guerra Fria constituiu o elemento definidor por excelência das relações internacionais durante grande parte da segunda metade do século 20. Ela se estendeu, grosso modo, desde 1946, quando fracassou a conferência de Paris que deveria aplicar as decisões de Ialta e Potsdam relativas à reorganização democrática da Europa, até o ano de 1991, quando finalmente se desfez, por auto-implosão, o regime socialista, no seguimento de alguns anos de relativa abertura política (a chamada *glasnost*) e de tentativas de reforma do sistema econômico esclerosado (a *perestroika*), iniciadas por Mikhail Gorbachov desde que ele assumiu a liderança do PCUS em 1985.

A polarização EUA-URSS, compreendendo a importância estratégica da América Latina para a geopolítica internacional, impactou parte considerável dos países do citado continente – a exemplo do Brasil. As duas superpotências viam a aproximação com o Brasil enquanto uma possibilidade de ampliar a capacidade de influência no continente – além de enfraquecer o crescimento do oponente.

O Brasil era visto, em tal período, como afirmou Stefan Zweig, no clássico “Brasil, país do futuro”, como um país com potencialidades, que, se bem trabalhadas, poderia torná-lo, em breve, uma superpotência mundial, conciliando desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

A descrita visão otimista do Brasil, apesar de estar longe de ser um consenso no país, sobretudo em relação aos setores hegemônicos e influentes, ajuda a entender a razão de o discurso de João Goulart, presidente do Brasil à época do golpe de 1964, ser visto, em tal período, com tanto incômodo e com tanta preocupação, por parte da elite.

João Goulart, popularmente conhecido como Jango, defendia que o Estado brasileiro deveria atuar enquanto um mediador das contradições do capitalismo no Brasil: acreditava que não havia dicotomia entre distribuição de renda e crescimento econômico. Sobre isso, Toledo (1982, p. 30) explicita que:

Em reiteradas oportunidades, o presidente da República tinha se pronunciado acerca da urgência de o Executivo e de o Congresso aprovarem as reformas estruturais exigidas para a superação dos graves problemas econômicos, sociais e institucionais enfrentados pelo país. Não obstante se pudesse afirmar que era praticamente consensual – no Gabinete, no Congresso, nas Forças Armadas, nas Associações e confederações rurais, etc. – o reconhecimento da necessidade da Reforma Agrária, as concepções acerca do seu sentido social e político, da sua extensão e das pré-condições legais à sua realização eram conflitantes.

Os discursos de Jango – sensíveis às demandas populares – buscavam, também, entre outras coisas, colocar o Brasil em uma posição de independência frente à polarização EUA-URSS. Era preciso que a política externa brasileira permitisse, além do diálogo com as duas superpotências, a ampliação das possibilidades diplomáticas em relação a outros países mundo afora.

Tal postura de independência levou alguns setores, a exemplo de parte hegemônica dos meios de comunicação, da Igreja Católica, das Forças Armadas, entre outros segmentos organizados, a articular um movimento que, tendo como motivação o combate à corrupção e a uma possível ameaça comunista, desembocou em um golpe de Estado que destituiu João Goulart, presidente democraticamente eleito.

O golpe civil-militar de 1964, um dos acontecimentos mais importantes do nosso passado recente, responsável, entre outras coisas, por engessar nossa jovem e frágil democracia, por longos vinte e um anos, conforme afirma Toledo (1982), deu início a um período marcado por violações aos direitos humanos e cerceamento das liberdades individuais e coletivas.

Cabe salientar, contudo, que tal autoritarismo e naturalização das violações aos direitos humanos, que durante o citado período atingiram não apenas os que resistiam ao golpe e à ditadura militar, mas, também, a outros setores da sociedade, a exemplo dos indígenas e camponeses, são problemas antigos que remontam ao período do colonialismo – demonstrando, na prática, que o Estado e a sociedade brasileira ainda não superaram as amarradas do escravismo.

Compreendendo a importância estratégica da América Latina para a geopolítica internacional, a disputa fruto da polarização EUA-URSS influenciou e foi influenciada por muitos dos acontecimentos de tal continente, sobretudo, em relação aos países mais relevantes, a exemplo do Brasil, conforme sinaliza Fico (2000).

Em tal perspectiva, buscou-se, nesta investigação, a partir de pesquisa documental, realizada por meio dos telegramas da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, bem como por meio da documentação do jornal Folha de São Paulo¹ correspondente ao mesmo período, inferir como o governo dos EUA posicionou-se institucionalmente acerca do golpe de 1964: objetivo geral da investigação.

A supracitada análise foi realizada, precisamente, em 15 telegramas do período em foco – tendo como recorte temático as comunicações que versam sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira. Seguem os códigos de referência dos referidos documentos:

BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/76
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/105
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/117
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/139
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/144
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/44
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/85
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/71
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/113
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/124
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/159
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/158
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/205
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/201
BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/546

Destarte, este estudo destaca-se pelas relações interdisciplinares da Ciência da Informação com a Arquivologia, Comunicação, Cultura (Humanidades), Ciência Política, História, a partir da análise crítica e arquivística dos documentos acima mencionados. Conforme Duarte e Silva (2016, p. 29):

impõe-se a questão de saber por que modo ou como a Ciência da Informação estudando, compreendendo, explicando e operando sobre a informação, definida nos termos expostos, contribui para o estudo e para o enriquecimento do conceito de cultura (política, grifo nosso) sem fraturas, divisórias clássicas (erudita versus popular) ou grupais (sócio-profissionais e técnicas).

¹ Essa análise foi realizada em 19 matérias e reportagens do referido jornal que abordavam temas relacionados à posição do governo dos EUA sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira.

Um elemento importante para se compreender tanto a conexão da Ciência da Informação quanto o conceito de interdisciplinaridade, assim como a relação da área do conhecimento com o conceito de cultura, e tudo o que o envolve, está na complexidade e amplitude do objeto de estudo: a informação. Sobre tal conceito, em especial, no contexto da Ciência da Informação, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 05) afirmam que: “informação aparece como termo complexo, de múltiplas acepções e riqueza semântica”.

Acerca dos objetivos específicos, esta pesquisa busca: 1) reunir fatos históricos (dos anos de 1961 a 1969), que ajudem a explicar como o governo estadunidense se posicionou em relação ao levante civil-militar; 2) apresentar conexões entre os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos; e 3) analisar, à luz dos estudos arquivísticos, os telegramas² da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado, entre os anos de 1961 e 1969, bem como da documentação do jornal Folha de São Paulo³ correspondente ao mesmo período; e 4) apontar outros e novos caminhos para futuras investigações.

Assim, a problematização da investigação, compreendendo a importância de ela dialogar com os objetivos (geral e específicos) da investigação, é: como o governo estadunidense, por meio da política imperialista, responsável por desestabilizar a soberania dos povos, como afirma Motta (2014), se posicionou em relação ao golpe civil-militar de 1964?

A hipótese deste trabalho é a de que, como, historicamente, os EUA apoiam a derrubada de governos progressistas não alinhados aos interesses estadunidenses, a exemplo da maioria dos golpes de Estado na América Latina no século passado, o governo estadunidense apoiou o golpe civil-militar de 1964 – sendo esta também a variável primária da investigação.

Em relação às variáveis secundárias, elas estão relacionadas: 1) ao alinhamento político-ideológico de João Goulart na geopolítica internacional durante a Guerra Fria; 2) à relação institucional das Forças Armadas do Brasil com o governo dos EUA; e 3) à importância estratégica do Brasil para as superpotências durante o século XX.

A escolha pelos acervos em tela, em especial a documentação do governo dos EUA, se deu pelo fato de tais registros informacionais terem sido produzidos pelo próprio governo estudado, assim como a documentação do jornal Folha de São Paulo pela relevância de tal veículo de comunicação na cobertura do debate político no país.

Outra justificativa para a escolha do acervo do jornal Folha de São Paulo está no fato dele ter sido totalmente digitalizado e disponibilizado para consulta aos assinantes diretamente no portal da

²A partir de pedido da hoje extinta Comissão Nacional da Verdade, o governo brasileiro solicitou ao governo estadunidense, em 2012, o envio de documentos sobre a ditadura militar. O governo dos EUA enviou, entre 2014 e 2015, três remessas de documentos digitalizados ao Brasil. Essa documentação, depois de passar por um tratamento arquivístico, encontra-se disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>> Acesso em: 19 mar. 2023).

³Essa documentação encontra-se disponível para assinantes no site: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/>.

Folha, compreendendo a importância do processo de digitalização para a preservação e difusão da informação arquivística.

O recorte temporal escolhido para delimitação desta investigação, isto é, de 1961 a 1969, justifica-se pelo fato dele contemplar os anos do pré-golpe, passando pela derrubada de João Goulart e desdobramentos, seja interna e/ou externamente, e os anos iniciais do regime ditatorial, abrangendo, conforme sinaliza Brizotto (2019), os governos de John Fitzgerald Kennedy (1961-1963) e Lyndon Baines Johnson (1963-1969).

Tais telegramas foram produzidos com o objetivo de registrar e de formalizar as ações realizadas pelo governo dos EUA, a partir do diálogo entre a Embaixada e o Departamento de Estado, servindo, inicialmente, de apoio à administração produtora/acumuladora. Hoje tais documentos de arquivo servem não apenas aos produtores, mas, também, a partir do valor secundário⁴, à pesquisa histórica.

A partir da teoria das três idades, que divide o ciclo vital dos documentos em fases ou idades, a saber, corrente, intermediária e permanente⁵, é possível compreender as conexões e proximidades entre os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos – mesmo reconhecendo as especificidades e peculiaridades.

Em tal sentido, esta pesquisa, de natureza interdisciplinar, propõe, entre outras coisas, um diálogo profícuo entre as áreas do conhecimento anteriormente citadas. Sobre a referida interlocução entre distintos ramos do fazer científico, Pombo (2005, p. 13) afirma que:

Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o poder que todo saber implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de desejar partilhá-lo. Como? Desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o.

Dentre outros estudiosos com representatividade em estudos acerca da interdisciplinaridade da Ciência da Informação, citamos, também, Duarte, Souza e Abreu (2021, p. 73) que, sobre a referida temática, acrescentam que:

A Ciência da Informação é uma área que vem interagindo incessante e instintivamente com a Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Computação, Engenharias, Comunicação, Ciências Humanas, para além de outras, aparentemente díspares, porém possuidoras de componentes comuns aos seus objetos e traços epistemológicos e conceituais.

⁴Segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 172), valor secundário é o “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.”

⁵Sobre o ciclo vital dos documentos, Machado e Camargo (2000, p. 21) sinalizam que é a “Sucessão de fases por que passam os documentos, desde o momento em que são criados até a sua destinação final”.

Vale citar a pesquisa do professor Dominique Vinck, da Universidade do Institut d'èlèves Sciences Sociales – Université de Lausanne – Suiça, na qual ele vem participando de seminários de pesquisa com colegas de disciplinas como Economia, Ciências Políticas, Ergonomia, entre outras, e como docente.

Si nos limitamos a aquellos que dicen hacer algo de interdisciplinariedad, podemos ver que todavía hay una amplia diversidad de lo que hacen y cómo lo hacen. Proponemos evidenciar tipos o modelos, los cuales, en realidad se combinan en situaciones y proyectos concretos (Vinck, 2017, p.5).

Mais adiante, Vinck (2017, p. 19) apresenta um bom exemplo:

Como lo describe Roberto Da Matta (1992) en su estudio de los indígenas gavioës de Brasil, el terreno incita a la interdisciplinariedad. En primer lugar, el tuvo que superar la barrera del idioma. Es para entender esa cultura, que necesito decodificar su forma de hablar sobre el mundo y clasificar sus componentes. Era necesario entender los códigos perceptivos y traducirlos a los del observador.

Tratando de escribir algunas palabras nativas en un pedazo de papel, se dio cuenta que su sistema de sonido era diferente. Para transcribir este sistema, tuvo que tratar una serie de problemas dentro de la fonética. La lingüística práctica era entonces su primer socio interdisciplinario.

... Además, Da Matta (1992) llegó a la conclusión que: "frente a los otros, tenemos que volvemos interdisciplinarios."

Por assim dizer, ressaltamos que este estudo se respalda em análises políticas e historiográficas, por meio de análise descritiva de documentos que apresentam provas de uma temporalidade, de marcos temporais relacionados aos instrumentos metodológicos desta pesquisa, espaço e tempo determinantes para o Brasil, referente a atos políticos do século passado com marcas deixadas pelas relações nacionais e internacionais, em especial, com os EUA, centradas nas práticas da ditadura militar.

A partir daí, é possível compreender a relevância e a atualidade desta investigação – não apenas pelo fato de reafirmar a proximidade e a conexão entre a Ciência da Informação e as outras áreas do conhecimento a ela relacionadas, mas, também, pela importância social tanto dos acervos estudados quanto do tratamento e organização.

Sobretudo, em um contexto marcado pela crescente desinformação, pela relativização do conceito de verdade e pela explosão das possibilidades relacionadas à produção, registro e disseminação da informação, a Ciência da Informação, assim como as investigações que atuam analisando acervos que registram nossas memórias, como a presente pesquisa, tornam-se de fundamental importância.

A escolha do tema se justifica pelo fato de existirem poucos estudos que tratam da relação do governo estadunidense com a ruptura democrática – sobretudo, no contexto da Ciência da Informação

e áreas afins –, assim como são restritas as pesquisas acerca dos arquivos dos EUA sobre o golpe e a ditadura militar brasileira.

Esta pesquisa foi realizada na Ciência da Informação não apenas pelo fato do objeto de estudo dela dialogar, diretamente, com as discussões e reflexões realizadas pelo campo dos estudos informacionais, mas, também, pela necessidade de uma maior aproximação entre a C.I e outras áreas do conhecimento – a exemplo da História, Ciência Política, Sociologia e a Comunicação.

Esta investigação, de abordagem qualitativa, possui como método o estudo de caso. No tocante aos procedimentos de coleta de dados, esta investigação se utilizou das pesquisas bibliográfica e documental.

Além disso, este trabalho está dividido em nove capítulos. O primeiro é a “Introdução”; no segundo, tratou-se de “Brasil, país do futuro”; no terceiro, abordou-se sobre “A tradição intervencionista brasileira e a conjuntura no pré-golpe de 1964”; no quarto, abordou-se sobre “O imperialismo estadunidense e sua política expansionista”; na quinta parte, abordou-se sobre “O que dizem os arquivos sobre o golpe de 1964”; no sexto, tratou-se de “Memória, Arquivo, Esquecimento e Direitos Humanos: teorias e conceitos”; na subseção 1 deste capítulo, tratou-se da “Análise arquivística dos telegramas dos EUA (1961 e 1969)”; na de número 2, foi feita uma “Análise arquivística do jornal Folha de São Paulo (1961 e 1969)”; na subseção 3, abordou-se acerca dos “Arquivos de Direitos Humanos”; no sétimo capítulo, foi apresentado o “Percorso metodológico”; no oitavo, abordou-se a “Análise dos resultados”; e, no nono e último, foram apresentadas as “Considerações finais”.

2 BRASIL, PAÍS DO FUTURO

Uma característica marcante do Brasil, que, inclusive, ajuda a compreender o processo de conformação do que entendemos hoje enquanto cultura brasileira, ou culturas brasileiras, diz respeito à nossa diversidade cultural. A multiplicidade de tradições e costumes, típico do Brasil, é, em linhas gerais, consequência da miscigenação que envolveu negros, indígenas e europeus.

Tal mistura contribuiu para o processo de conformação da nossa identidade cultural, uma vez que, a partir dela, é possível compreender as especificidades e características do povo brasileiro. Tal diversidade envolve não apenas a dimensão étnico-racial, mas, na prática, todos os setores e aspectos da sociedade, como afirma Zweig (2006, p. 250-251):

Num quarto de hora podemos ir de uma praia ao cimo de uma montanha, em cinco minutos, de um mundo de luxo à mais primitiva pobreza das choças de barro e, em mais cinco minutos, podemos estar novamente em pleno movimento cosmopolita de cafés luxuosos e num turbilhão de automóveis — tudo aqui se mistura, se confunde, pobre e rico, novo e velho, paisagem e civilização, choças e arranha-céus, negros e brancos, carroças antiquadas e automóveis, praia e rochedo, vegetação e asfalto. E tudo isso brilha com as mesmas cores deslumbrantes, tudo é bonito, tudo é mesclado e sempre fascinante.

Stefan Zweig, escritor e jornalista austríaco, apaixonado pelo Brasil, é autor de “Brasil, país do futuro” – obra em que analisa, a partir de uma vasta pesquisa e um olhar crítico, o Brasil e peculiaridades. A obra fez relativo sucesso e influenciou tanto a visão do mundo sobre o nosso país, que acabou sendo responsável pela criação da alcunha de “país do futuro”, uma espécie de apelido em relação ao Brasil.

Publicada originalmente em 1941 e lançada, simultaneamente, em vários idiomas, a exemplo do inglês, alemão, francês, português, entre outros, a obra, que trata de elementos que envolve a história, a geografia, a economia e a sociologia do país, projeta o Brasil, a médio e a longo prazo, como uma potência mundial, destinada “a ser um dos mais importantes fatores do desenvolvimento futuro do mundo” (ZWEIG, 2006, p. 13).

Na visão de Zweig⁶, o Brasil, mesmo reconhecendo limitações e problemas sociais, possuía (e, de certa forma, ainda os possui) características próprias que o colocava em uma posição de destaque mundo afora.

A descrita visão, partilhada por parte da sociedade e da classe política brasileiras, em especial dos setores progressistas e mais alinhados aos pensamentos de esquerda, era justificada pelo fato de o

⁶Alguns pensamos de Zweig, sobretudo no que toca a questão étnico-racial, são criticados na atualidade. Sobre isso, Granatiere (2021, p. 27) expõe que “o olhar do escritor sobre o Brasil reproduziu ideias, conceitos já existentes entre a elite intelectual nacional. Entretanto, o “livro sobre o Brasil” se tornou um fenômeno editorial tanto no país quanto no exterior, o que ajudou a divulgar a imagem de um Brasil não-racista que, de certa forma, se manteve no imaginário nacional e internacional ao longo do século XX, visão esta hoje criticada e fortemente combatida por parte dos pesquisadores das disciplinas de Ciências Humanas e militantes antirracistas”.

Brasil possuir, entre outras particularidades, uma geografia e um clima privilegiado, bem como riquezas naturais e uma diversidade cultural que atraia e prendia a atenção dos de fora.

Se, por um lado, tal visão otimista e esperançosa do Brasil reafirmava nosso potencial de “país do futuro”, tão bem analisado e aprofundado por Zweig, por outro, compreendendo que vivemos em uma sociedade essencialmente heterogênea, marcada por múltiplos projetos de país, a citada narrativa acabou por desagradar, em especial no século XX, setores que viam nisso uma ameaça.

Tal divergência ajuda a entender e, de certa forma, explicar, como o Brasil, mesmo com todo o potencial, em variados setores e segmentos, até hoje, apesar das tentativas, ainda não superou, em definitivo, parte considerável dos problemas estruturais – a exemplo da pobreza e da má distribuição de renda, em suma: a injustiça social.

Sobre isso, Furtado (1992, p. 55) explicita que: “A pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem com frequência origem numa situação de privação original do acesso à terra e à moradia. Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos dos mercados”. Em outras palavras, a resolução dos listados problemas perpassa, necessariamente, não pela intervenção da iniciativa privada, mas, sobretudo, pela atuação organizada e planejada da máquina estatal.

Ou, visto de outra forma: pela atuação dos agentes políticos que, a frente do Estado, a partir dos projetos de país e interesses, conduzem o Estado no sentido de organizar e manter a ordem na sociedade, assim como garantir o bem-estar, a estabilidade e os direitos básicos aos cidadãos.

A citada discussão e disputa, entre os distintos projetos de país, acaba por impactar os processos que resultam na escolha de nossos representantes: nas eleições. Como vivemos em uma sociedade essencialmente diversa, e isso perpassa, necessariamente, pela dimensão político-ideológica, é comum observar que, de tempos em tempos, tais disputas acabam por resultar em momentos de tensionamento, envolvendo variados atores e setores da sociedade.

Isso foi observado, em algumas eleições gerais, no Brasil República, a exemplo das de 1989 e 2022, assim como, também, em relação ao golpe de 1964 e durante o regime militar. O antagonismo entre as diferentes formas de interpretar o Brasil, somado aos interesses político-partidários dos envolvidos, contribui, de certa forma, para o aprofundamento das citadas tensões.

A produção documental de tais períodos, em especial, o iniciado a partir do golpe de Estado que derrubou João Goulart em 1964, reafirma quão tensa e complexa é a relação e a disputa entre os listados setores. Sobre tais registros, tão necessários à compreensão da polarização entre diferentes setores da sociedade, Bauer (2005, p. 125) afirma que:

Estes arquivos da repressão também possuem suas especificidades quanto à sua existência, organização, preservação e difusão, questões que extrapolam os limites da arquivística e atingido âmbitos ético e políticos. Esses documentos afetam diretamente a sociedade da qual foram recuperados (Estados, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de direitos humanos, Forças Armadas).

Assim, é possível perceber tanto a presença dessa polarização do passado no tempo presente, comparativamente em menor grau, diga-se, quanto, também, a relevância do conteúdo dos documentos⁷ para compreensão da conjuntura e das discussões realizadas na atualidade.

O Brasil é, geralmente, um país dividido. E, de tempos em tempos, tal polarização ganha força e potencializa a disputa que, em muitos momentos, é responsável pelo desencadeamento de fatos e acontecimentos que marcaram, quando não traumatizaram, nosso passado.

São momentos, registrados e materializados, por meio de documentos de arquivo, não apenas do gênero textual, dada a multiplicidade de suportes que vêm surgindo, ocasionada pelo surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, contribuindo, apesar dos problemas resultantes da explosão informacional⁸, para a preservação e disseminação do passado.

Sobre isso, cabe citar as reflexões e apontamentos da obra “1968: o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, que, entre outras coisas, aborda a resistência à ditadura. Ventura (2013) divulga, pela primeira vez, a Ata da 43^a Sessão do Conselho de Segurança Nacional. No mencionado documento, foi aprovado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) – um dos mecanismos mais repressivos e violentos da ditadura que governou o Brasil, entre 1964 e 1985. Para a confirmação e legitimação dos fatos narrados, o referido autor observou o valor comprobatório do documento em questão.

Sobre tal reunião, Ventura (2013, p. 252) expõe que:

Por uma razão ou por outra, Costa e Silva resolveu realizá-la com toda a liturgia de uma reunião histórica, decisiva, embora na prática ela só tivesse valor simbólico, já que o Conselho de Segurança Nacional, sem poder deliberativo, iria apenas sancionar uma decisão já tomada.

Outro compêndio aqui sugerido aos futuros debates sobre o objeto deste estudo, trata-se da obra/coleção *Ditadura*, de Elio Gaspari. Dividida em cinco volumes, a saber, “A Ditadura Envergonhada” (2002), “A Ditadura Escancarada” (2002), “A Ditadura Derrotada” (2003), “A Ditadura Encurralada” (2004) e “A Ditadura Acabada” (2016), a obra reúne documentos, até então inéditos, sobre a ditadura e especificidades. Sobre a construção de tais livros, Cardoso (2008, p.12) afirma que:

Os livros foram escritos mediante a combinação de uma enorme quantidade de informações recuperadas nas vinte e cinco caixas de documentos guardadas no sítio de Golbery, em um diário mantido por Heitor Ferreira e na incalculável massa de dados acumulada por Gaspari durante o processo de investigação. Os documentos originais acumulados no Planalto, transferidos do sítio de Golbery em Goiás para o apartamento de Gaspari, em São Paulo, foram fotocopiados um a um, sendo que

⁷Sobre o uso secundário dos documentos de arquivo, Camargo e Bellotto (1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 31) afirmam que é a “qualidade informativa que um documento pode possuir para além de seu valor primário”.

⁸Essa explosão informacional está intrinsecamente relacionada ao surgimento da Ciência da Informação. Sobre isso, Saracevic (1996, p. 43) sinaliza que “Problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI, e não apenas dela”.

somente as cópias retornaram ao apartamento. Os originais foram levados para outro local não divulgado.

O passado, ou melhor, a forma como nós o interpretamos e o analisamos, é, assim como outros fatores, objeto de disputa em relação à polarização que envolve os distintos segmentos da sociedade – sendo tal construção influenciada, de certa forma, por aspectos subjetivos e identitários. Para Duarte e Souza (2021, p. 61):

Reconhecemos que o passado somente é possível devido à perpetuação da informação, através do tempo (passado), observando a manutenção da memória coletiva, utilizando-se de instrumentos disponíveis como a oralidade, pinturas rupestres, registros sob diversos tipos de suportes físicos ou digitais, com o intuito do desenvolvimento do conhecimento humano.

A citada disputa de narrativas, ou de memórias do passado, coloca o arquivo, entendido aqui enquanto conjunto de documentos, como objeto de disputas e tensões. Sobre isso, Azevedo (2011, p. 18) expõe que “o arquivo passa a ser disputado como um lugar de memória, espaço de produção de narrativas lançadas em embates públicos pela memória. Aqui, os tipos de usuários podem se encontrar e ver convergir seus interesses”.

A partir de tais registros informacionais – mesmo reconhecendo a diversidade tipológica e a parcialidade que os cercam – as narrativas ou versões do passado são, em linhas gerais, construídas, não desconsiderando a importância da oralidade para o fazer historiográfico.

O documento, enquanto fruto de uma construção social, influenciado pelo contexto no qual foi criado, é transformado em monumento: deixa de ser um simples registro e passa a ser considerado integrante da memória coletiva, sendo perpetuado, ao menos em tese, ao longo do tempo. Ou, como afirma Le Goff (1990, p. 462), “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”.

É a história, e toda a construção científica dela, que transforma o documento em monumento. A seleção do que será ou não legado da memória coletiva é influenciada tanto pelas relações de poder e disputa como, também, pelos indivíduos que atuam na construção das narrativas do passado: os historiadores.

Cabe registrar, compreendendo a heterogeneidade das sociedades mundo afora, que a disputa de narrativas não é exclusiva da realidade brasileira. Em outros países, a exemplo da Argentina, houve uma tentativa, sem sucesso, nos anos finais do regime militar (1976 a 1983), de se construir uma outra versão sobre a ditadura argentina⁹, objetivando, entre outras coisas, amenizar as violações aos direitos humanos e o cerceamento das liberdades praticado pelo Estado.

⁹Sobre a ditadura argentina, Rampinelli (2012, p. 356) afirma que “A ditadura militar argentina fundamentou-se, ideologicamente, na doutrina de segurança nacional, no integralismo católico e no anticomunismo, utilizando-se da estratégia do terror de Estado e de uma série de políticas públicas para desmantelar as estruturas formais e

No Brasil não foi diferente. Era preciso, durante a ditadura brasileira, além de transparecer, sobretudo para a opinião pública internacional, que o país vivia de fato uma democracia, também, no pós-regime, para promover o silenciamento e/ou o esquecimento das memórias, uma vez que elas poderiam desgastar a imagem das Forças Armadas junto à sociedade brasileira.

As descritas disputas são justificadas tanto pela diversidade do nosso povo, e tudo o que gira em torno disso, quanto, também, pela multiplicidade de interpretações – fruto da posição em que cada segmento e/ou sujeito está na sociedade de classes, permanentemente, em conflito. Sobre isso, Santos (2020, p. 325) afirma que:

Algumas dessas disputas são mais abertas: a tomada do poder pelos militares em 1964 foi um golpe civil-militar ou uma revolução? O processo que derrubou a presidente Dilma Rousseff foi um Impeachment ou um golpe parlamentar? Essas oposições não são meras questões retóricas, mas representam compreensões distintas da realidade, atribuições de sentido para processos históricos que ecoam aos nossos dias em suas consequências.

A partir daí, é possível compreender que tais disputas¹⁰ estão, intrinsecamente, associadas às características que, segundo Zweig, estão na essência do Brasil. Se, por um lado, elas reforçam a riqueza da cultura brasileira, por outro, elas são responsáveis pela conformação de processos conturbados e traumáticos ao longo do nosso passado – a exemplo do golpe de 1964 e dos 21 anos de regime militar.

A visão do Brasil enquanto o país do futuro¹¹, apesar de estar longe de ser um consenso no país, sobretudo por conta da crítica dos setores mais céticos acerca das potencialidades e possibilidades locais, ajuda a entender o Brasil do passado e o do presente, bem como apontar para o porvir. Tal visão torna-se, concordando com ela ou não, de fundamental importância para se compreender os acontecimentos do Brasil no século XX.

informais de proteção estatal que haviam sido criadas no país na década de 1930 e, principalmente, durante o primeiro governo peronista”.

¹⁰Sobre essas disputas, Santos (2020, p. 325) vai além e afirma que “Outras dessas disputas são mais veladas: quem afirma defender a família defende o que? Que forma de organização social está incluída aqui? A qual inclusiva ou excludente é essa família? Defender reformas pelo bem do Brasil atende a quais interesses? Quem está representado nesse Brasil? Quais grupos sociais? Afirmar que o país passa por uma profunda crise – a maior da sua história, na leitura padrão midiática – significa o que? Que crise é essa, na qual instituições financeiras acumulam lucros recordes? Quem exatamente está em crise?”.

¹¹ Esse pensamento, apesar de ter sido formulado há pouco mais de oitenta anos, ainda não se tornou realidade no Brasil.

3 A TRADIÇÃO INTERVENCIONISTA BRASILEIRA E A CONJUNTURA NO PRÉ-GOLPE DE 1964

A tradição intervencionista brasileira, que remonta desde o século XIX, é fruto, entre outros fatores, da necessidade das Forças Armadas no sentido de “pacificar” as relações e os nossos conflitos – influenciadas, ao menos em tese, pela busca por uma suposta ordem e pelo progresso do país.

Sobre tal prática, recorrente em se tratando de Brasil República, Rodrigues, Maciel e Mendonça (2021, p. 108) afirmam que:

A intervenção militar na política, de acordo com essa lógica, é vista como um dever cívico das Forças Armadas. No caso brasileiro, o aumento do profissionalismo poderia impulsionar o envolvimento na política, não por este ser uma característica inerente ao profissionalismo, mas devido às circunstâncias políticas do momento, da formação dos oficiais e do estado das relações entre civis e militares em um particular momento de crise. A partir desta chave de leitura, o golpe de 1964 não foi simplesmente uma reação a problemas de conjuntura, mas uma atitude amparada num ethos militar propenso à intervenção “civilizatória” e “pacificadora” de mais antiga procedência.

Há uma dimensão moral que envolve a citada tradição, que, em diferentes momentos e intensidades, reconhecendo a influência que o pensamento e os setores conservadores exercem para o núcleo dirigente das Forças Armadas, acaba por interferir no posicionamento dos militares em relação aos temas conjunturais.

Em tal sentido, as Forças Armadas no Brasil vêm, ao longo dos últimos séculos, comportando-se não como instituições de defesa da pátria e do nosso ordenamento jurídico, mas, sobretudo, apesar de não possuir base legal para tal, enquanto um poder moderador, como afirma Rouquié (1984).

Poder moderador significa, no contexto em questão, interferência na política institucional do país, com diferentes graus de intensidade e influência – a exemplo do que aconteceu na Proclamação da República e no golpe de 1964, entre outros momentos. Sobre isso, Fernandes (2022, p. 09) sinaliza que:

O intervencionismo militar na política é um ponto problemático na história constitucional brasileira, que teve em algumas das rupturas institucionais a marca do golpe militar. Foi assim na própria Proclamação da República circunstanciada muito pela “questão militar”, bem como pelo golpe civil-militar que instaurou a ditadura militar de 1964-1985. As quarteladas do período republicano não raramente estiveram acompanhadas da tentativa de legitimar a ação através do próprio texto constitucional, fazendo menção ao discurso de que a função para “garantia” ou “manutenção” da lei e da ordem autoriza a interferência da caserna na vida política nacional.

Portanto, a descrita tradição ajuda a entender a conflituosa relação que vem se estabelecendo entre os militares e os civis no país. Ela é o reflexo de uma equivocada interpretação jurídica acerca do

papel que deve ser desempenhado pelas Forças Armadas, uma vez que a própria Constituição Federal deixa clara a subordinação do poder militar sobre o civil.

À luz do nosso ordenamento jurídico, a partir do que determina as Constituições, tanto a federal quanto as estaduais, assim como o conjunto das leis, as Forças Armadas são instituições subordinadas¹² ao chefe do Executivo Federal, bem como as Polícias Estaduais aos chefes dos Executivos Estaduais.

Portanto, não há fundamento legal que autorize a recorrente prática dos militares no Brasil de participar ativamente do cenário político – independentemente da esfera e do poder. Os militares devem, em outras palavras, compreendendo que representam o braço armado do Estado, acatar as decisões políticas dos que foram, democraticamente, eleitos para ocupar cargos de representação.

Sobre a amplitude da subordinação das Forças Armadas à Presidência da República, Garcia (2009, p. 15) afirma que:

No sistema brasileiro, diversamente ao que se verifica em outras plagas, o Chefe do Executivo federal é, de fato e de direito, o “Comandante Supremo das Forças Armadas”, detendo poderes de grande amplitude. Se não vejamos: (1) nomeia e define a competência dos seus Comandantes, (2) promove os oficiais-generais e (3) apesar de assessorado pelo Conselho Militar de Defesa ou pelo Ministro de Estado da Defesa, conforme a natureza da matéria, detém a palavra final sobre o emprego das Forças Armadas em situações de guerra ou de paz, no exterior ou no interior do território brasileiro. Decidindo pela ativação de órgãos operacionais, expedirá a respectiva determinação ao Ministro de Estado da Defesa.

O sistema de governo adotado no Brasil, de essência presidencialista, muito comum em nações republicanas, coloca nas mãos do presidente a responsabilidade de parte considerável das decisões do país, ou do Estado, uma vez que o presidente acumula as posições de chefe de Estado, de governo e do Executivo.

Assim, toda e qualquer ação realizada pelas Forças Armadas, seja interna e/ou internamente ao país, deve, necessariamente – compreendendo a dificuldade de nosso país em lidar com longos períodos democráticos, dado nosso passado recente autoritário, marcado por alguns regimes de exceção –, passar pelo crivo do presidente.

No pré-golpe de 1964, período marcado por muitos tensionamentos, era possível perceber a influência da tradição intervencionista na conjuntura política vigente. Na posse de João Goulart, em 1961, que, por direito, deveria assumir a Presidência da República, por conta da renúncia de Jânio Quadros, os militares se articulavam politicamente no sentido de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart.

¹²Essa subordinação se dá, objetivamente, como sinaliza Garcia (2009, p. 14), da seguinte forma: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, estão subordinadas ao governo civil e apresentam linhas verticais de comando: cada Força dispõe de um Comandante, todos os Comandantes estão subordinados ao Ministro da Defesa e este ao Presidente da República”.

Sobre a conjuntura e os acontecimentos do pré-golpe de 1964, assim como os desdobramentos para a política nacional, Konrad e Lameira (2011, p. 68) afirmam que:

Em meados da década de 1950, a radicalização política entre distintos projetos de sociedade foi se tornando mais clara, especialmente depois da tentativa de Golpe Civil-Militar, abortado pelo suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 1954. Sucessivas crises políticas e tentativas golpistas foram sendo postas em marcha pelos setores liberais e conservadores da sociedade brasileira. A mais marcante foi desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, abrindo uma crise institucional em que as forças progressistas e de esquerda impediram o golpe dos ministros militares, garantindo a posse do Vice-Presidente João Goulart, abrindo um contexto diferente na política brasileira.

Há vasta documentação produzida sobre tal período e que registra tais acontecimentos, seja a arquivística, a bibliográfica, a audiovisual e a iconográfica, entre outras. No que toca aos acervos arquivísticos, por exemplo, é possível identificar desde documentos produzidos pelo Estado brasileiro, nas variadas esferas e poderes, até, também, pela sociedade civil organizada e pelos veículos de comunicação.

Sobretudo, a partir da explosão informacional do século passado, cada vez mais, os fatos e acontecimentos estão sendo registrados, por meio de documentos de arquivo. No Brasil, país de dimensões continentais e marcado por uma vasta diversidade, a produção documental, em especial a do século XX, é o reflexo da complexidade que envolve o nosso país.

Sobre a produção documental do Brasil nas últimas décadas, Rodrigues (1982, p. 122-123) afirma que:

No Brasil, a produção documental vem também crescendo, com o aumento da população, a expansão das atividades governamentais, e o desenvolvimento econômico. O problema das fontes brasileiras agrava-se, como em todos os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, inclusive alguns países europeus, como Portugal e Espanha, tão diretamente ligados ao Brasil, pelo atraso das suas instituições arquivísticas, inteiramente indiferentes aos problemas essenciais da seleção, avaliação e destinação de seus documentos. A consequência é o acúmulo fantástico, a divisibilidade de inúmeros depósitos, inteiramente acumulativos e não funcionais, e a destruição irracional de suas fontes primordiais.

As reflexões de Rodrigues¹³, apesar de realizadas há quase cinquenta anos, estão, de certa forma, atuais, sobretudo no tocante à crítica à realidade das nossas instituições arquivísticas, uma vez que, em muitos casos, os problemas do passado ainda são vistos no presente.

¹³José Honório Rodrigues, importante nome da Arquivologia brasileira, foi diretor do Arquivo Nacional entre os anos de 1958 a 1964. Sobre suas contribuições ao debate e a prática arquivísticas, Marques e Rodrigues (2017, p. 189) afirmam que “a reforma empreendida no AN, a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), as traduções e a publicação de obras estrangeiras de referência internacional marcam a gestão de JHR como diretor dessa instituição. Esse visionário das potencialidades dos arquivos, concretizando sua paixão pela história e consciente das necessidades de formação de um profissional habilitado a geri-los e preservá-los, empreendeu várias frentes de trabalho no AN. Em uma gestão que seria o divisor de águas de uma trajetória institucional, nasce uma disciplina gestada há décadas e que anseia por reconhecimento”.

Porém, mesmo com todos os problemas relacionados à produção, organização e tratamento dos documentos de arquivo, tais registros contribuem para rememorar o passado e, ao mesmo tempo, para a compreensão do presente. Um exemplo está no Arquivo Nacional – órgão responsável pela gestão, difusão e preservação dos documentos produzidos e/ou recebidos pelo poder executivo federal.

Sobre a citada instituição arquivística, uma das maiores e mais importantes do país, em especial, no tocante aos documentos ali custodiados do período do pré-golpe de 1964, é possível identificar, em rápida pesquisa via Sistema de Informações da instituição, uma vasta e rica documentação do período em questão, assim como de todo o século XX.

Sobre a importância do Arquivo Nacional e das ações para a sociedade brasileira, Elias (2010, p. 616-617) afirma que:

Diante disso percebe-se a relevância assumida pelo Arquivo Nacional do Brasil, no processo de democratização das informações arquivísticas públicas. Iniciativas como o Projeto Memórias Reveladas inserem-se hoje num rol de medidas que vêm promovendo a abertura dos arquivos do Regime Militar nos diversos países que com ela sofreram, em especial no Cone Sul.

Mesmo com todos os problemas estruturais e sociais, sobretudo, em relação às atividades executadas pelas instituições arquivísticas e pela dificuldade da consolidação do direito à informação, no Brasil, é possível perceber que os acervos arquivísticos custodiados hoje no país contribuem sobremaneira para a compreensão do período estudado, em especial o pré-golpe de 1964.

Cabe salientar que, durante tal período, compreendendo as especificidades e peculiaridades do século XX, as instituições arquivísticas existentes – a exemplo do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado da Bahia, entre outras, não eram tão desenvolvidas em relação às atividades de gestão da documentação governamental, assim como acerca da difusão dos acervos custodiados.

A conjuntura do pré-golpe de 1964 foi influenciada, em certa medida, como aconteceu em parte dos países mundo afora, pela polarização que se constituiu no mundo. Tal disputa, que envolveu EUA e URSS, popularmente, conhecida como Guerra Fria, acabou por potencializar as discussões envolvendo os distintos segmentos da sociedade brasileira.

Sobre isso, Napolitano (2014, p. 37) afirma que:

No segundo semestre de 1962, a batalha pelo Brasil em meio à Guerra Fria se acirrou. As esquerdas reafirmaram seu projeto político a partir do tema das reformas, que para alguns era o começo da “Revolução Brasileira”. As direitas, ainda assustadas com o fracasso do golpe contra a posse de Jango, procuravam novas táticas e novos sócios para sua conspiração. As eleições para os governos estaduais e para o legislativo daquele ano serviram de laboratório para novos ataques ao presidente reformista.

Durante tal contexto de polarização¹⁴, tanto interna, envolvendo setores conservadores de um lado e progressistas do outro, quanto externamente, envolvendo capitalistas e comunistas, assim como os desdobramentos que resultaram do citado conturbado momento, é que se conformou os anos que antecederam o golpe que retirou João Goulart da Presidência da República em 1964.

Aquela época era possível identificar movimentações que reforçam e explicam a tradição intervencionista brasileira, em especial, a praticada pelos militares das Forças Armadas: o golpe de 1964, assim como muitas outras rupturas democráticas, foi fruto de uma construção que foi gestada muitos anos antes da consolidação.

¹⁴ Sobre essa disputa, Braga (2020, p. 47-48) afirma que “Durante a Guerra Fria, por causa da polarização ideológica entre capitalismo e comunismo, os Estados Unidos e a União Soviética tentavam expandir seus tentáculos de influência a outros países. Obviamente, essa influência significava a oposição entre o modelo econômico capitalista de expansão de mercados de consumo a uma ideia de políticas distributivas para uma sociedade mais horizontal, pregada pelo socialismo”.

4 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E SUA POLÍTICA EXPANSIONISTA

O conceito de imperialismo, hoje, para muitos, desatualizado e desconectado da realidade concreta das relações internacionais, significa, ordinariamente, um conjunto articulado de ações que busca a expansão de um país em detrimento de outros de menor poderio – envolvendo as dimensões territorial, cultural, militar, política e cultural.

A citada expansão envolve, entre outras coisas, a exploração das nações mais ricas sobre as mais pobres. Entendida aqui pela dimensão capitalista, a partir da exploração das riquezas naturais e da utilização da força de trabalho local, é uma exploração que promove, em muitos momentos, a concentração de renda e de riquezas de determinadas nações em detrimento de outras.

Isso resulta, na prática, em relações entre países marcadas por dominação e dependência, seja direta e/ou indiretamente, sendo que, como afirma Cohen (1976, p. 20, grifo nosso), “O imperialismo refere-se àquelas relações particulares entre nações inherentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício *real* da influência sobre o comportamento”.

Tal expansão territorial aconteceu (e, de certa forma, a depender do contexto e da interpretação que se faça, ainda acontece) em algumas regiões do mundo – a exemplo da Ásia, América, Oceania e da África, por meio de um processo classificado por alguns historiadores como neocolonialismo¹⁵, sobretudo a partir do século XIX, responsável pela ocupação de parte considerável do planeta pelas potências imperialistas.

Sobre isso, Silva e Sousa (2023, p. 66) expõem que:

Nesse sentido, a expansão para novos territórios era vista como uma oportunidade para fomentar o desenvolvimento de suas economias industriais e consolidar seu domínio sobre outras nações no cenário global. Isso envolve investimentos em diversas regiões, além de contribuir para a redistribuição da população excedente da Europa.

Portanto, não se pode, sob nenhuma perspectiva, desconsiderar a intrínseca relação entre o imperialismo e o capitalismo, uma vez que o primeiro se torna, na prática, uma etapa avançada para o processo de acumulação de capital – compreendendo a importância da exportação de capital para a consolidação de uma relação imperialista.

Um exemplo claro aconteceu no continente africano. A relação construída entre o continente europeu e a África foi tão orgânica e complexa que influenciou, assim como ainda influencia, de certa forma, a identidade e as especificidades do povo africano, uma vez que durante tal processo os

¹⁵Sobre isso, Silva e Sousa (2023, p. 66) afirmam que “O imperialismo, também chamado de neocolonialismo, distingue-se do colonialismo do século XVI, pois se desenvolveu no contexto do capitalismo industrial e financeiro. Esse cenário desencadeou uma intensa competição entre as grandes potências europeias, com o objetivo de garantir o acesso a matérias primas e conquistar novos mercados consumidores para a produção industrial excedente”.

europeus impuseram, como fizeram no colonialismo, costumes e tradições em detrimento da cultura local.

Sobre a descrita influência, Campos, Gonçalves e Rieger (2011, p. 148) sinalizam que:

O Imperialismo, assim, foi, dentro de seu alcance, o processo histórico que mais marcou a identidade do povo africano, pois influenciou diretamente a transição ao futuro Estado moderno africano, marcado pela concepção ocidental de Modernidade. Por vias do Imperialismo, o continente viu novamente (como anteriormente ocorreu com o colonialismo) sua identidade ser submetida pelas potências europeias que alteraram a regulação social existente a uma nova dinâmica própria da expansão capitalista.

O imperialismo, em tal sentido, tem como uma das características não apenas a dominação objetiva de uma nação, mas, também, a dominação subjetiva, ou ideológica, de uma nação sobre outra. Era preciso, até para facilitar o processo de dominação e controle, influenciar o pensamento dos dominados.

Acerca da descrita construção subjetiva, muito bem articulada com o objetivo de influenciar a imaginação coletiva dos povos das nações dominadas, Hobsbawm (2010, p. 118) afirma que:

o Imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade.[...] Em suma, o império era um excelente aglutinante ideológico.

Isso aconteceu, em maior ou menor grau, em parte das intervenções imperialistas mundo afora, uma vez que a ideologia teve papel relevante para a dominação e para o controle dos países subdesenvolvidos. Tal dominação subjetiva contribuía para manter, caso não na totalidade, parte da população sob o controle dos imperialistas.

Portanto, falar de imperialismo é falar do passado dos países e, ao mesmo tempo, do presente. No caso do continente africano, por exemplo, é nítido perceber que o imperialismo exerceu influência nas transformações¹⁶ econômicas e sociais do continente – mudanças que, até certo ponto, ainda continuam presentes na realidade concreta do continente.

É uma realidade que pode ser vista, quando analisamos outras relações imperialistas, em especial, as realizadas pelos EUA, que é uma das maiores e mais influentes do mundo, e possui, e isso não é de hoje, a necessidade de manter o projeto de hegemonia global, sobretudo, nas dimensões militar e econômica. Sobre isso, Wood (2004, p. 52) explicita que “os EUA são o primeiro – e até aqui

¹⁶Sobre a natureza dessas mudanças, Campos, Gonçalves e Rieger (2011, p. 154) afirmam que “Apesar de ter constituído em sua totalidade uma revolução sui generis das estruturas econômicas preexistentes, o Imperialismo pode dificilmente ser apontado como fator único e determinante de subdesenvolvimento, uma vez que a nova elite política africana nem sempre espelhou os ensejos das populações. Ao invés de terem reformulado políticas socioeconômicas visando o crescimento nacional e distribuição de renda mais equitativas, os novos governantes africanos emergidos dos movimentos de independência (século XX) conformaram-se, em muitas vezes, de líderes despóticos e autoritários, que aproveitaram de oportunismo político e da psique emotiva dos pan-africanistas para tornarem-se verdadeiros patrimonialistas da máquina pública”.

o único – império verdadeiramente capitalista, sustentado por sua hegemonia econômica e, em geral, avesso à dominação colonial direta. Contudo, é também a mais poderosa força militar que o mundo jamais viu”.

O imperialismo estadunidense tem início no século XIX – período em que o país buscava, inicialmente, a expansão territorial da costa do Atlântico rumo ao Pacífico. Tal crescimento se deu devido a acordos territoriais, tomada de terras indígenas e da utilização da doutrina do Destino Manifesto.

A supracitada doutrina, que justificou e legitimou a política de expansão territorial dos americanos rumo ao oeste, contribuiu para a construção e manutenção do domínio territorial dos EUA na América do Norte e, por consequência, para a hegemonia mundial estadunidense no tempo presente.

Sobre tal doutrina, Schilling (2004, p. 82) expõe que:

A ideologia do Destino Manifesto, largamente difundida pelos jornais daqueles tempos, nada mais era senão uma versão secularizada da idéia do Povo Eleito dirigindo-se para a Terra Prometida, tão a gosto dos puritanos que haviam começado a desembarcar na América no século XVII, e que passou a servir como justificativa para que a imensa área que chegava até a costa do Pacífico fosse colonizada por eles.

Considerando a revisão apresentada pelo autor citado, observa-se que o Destino Manifesto representou uma espécie de “direito divino” oferecido ao povo americano no sentido de expandir o território e, ao mesmo tempo, seguir a vontade de Deus – demonstrando, assim, a influência da tradição protestante nos EUA.

Tal pensamento foi, pouco a pouco, com o transcorrer da expansão territorial estadunidense, sendo consolidado tanto na sociedade local quanto também na estrutura do Estado. Sobre a descrita capilaridade, Ramos e Miranda (2007, p. 02) afirmam que: “Pode-se notar facilmente a presença marcante da crença em Deus e dos valores cristãos na mentalidade estadunidense, tanto a civil como a militar”.

É possível identificar, de forma clara e objetiva, a influência da doutrina do Destino Manifesto na política externa dos EUA – tanto a do passado, desde o período pós-independência, quanto, também, em menor intensidade, a do presente. Há, e o transcorrer dos acontecimentos dos últimos séculos do referido país confirma isso, uma continuidade da política de expansão estadunidense.

A citada política pode ser observada, a partir de uma análise dos discursos dos presidentes dos EUA, assim como pela postura institucional do país frente aos acontecimentos mundo afora – quase todos sob influência, em maior ou menor grau, da doutrina do Destino Manifesto.

A pseudo “superioridade moral”, implícita na referida doutrina, é o que legitima as ações dos EUA em relação ao restante do mundo – independentemente da natureza e das consequências para os países e povos envolvidos. Tal pensamento é tão enraizado na sociedade estadunidense, que muitas

das intervenções externas promovidas pelo governo local têm apoio de parte considerável dos cidadãos estadunidenses – a exemplo da invasão ao Iraque, em 2003.

Sobre os posicionamentos dos EUA, no que toca a política externa, sobretudo, a partir da queda do muro de Berlim, Santos (2006, p. 61-62) afirma que:

pode-se dizer que as posições externas adotadas pelos EUA desde o fim da guerra fria apresentam uma permanência de objetivos políticos e estratégicos que apontam para a tentativa de construir um império mundial. Tal projeto vem sendo marcado pela afirmação da supremacia militar, monetária e financeira a serviço do seu grande capital, disposta a impedir, por um lado, o fortalecimento ou surgimento de potências concorrentes e, por outro, a realização de um grande acordo internacional que limite as ações dos EUA.

Tal postura dos EUA vem acontecendo, geralmente, em qualquer região e país do mundo, que possa colocar a hegemonia dos estadunidenses em risco. Pois, para eles, tendo como referência a doutrina do destino manifesto, bem como as outras que surgiram, por influência e a partir dela, todas as outras nações e povos estão abaixo e submissos aos EUA.

As intervenções externas dos EUA envolvem, entre outras ações, a desestabilização de governos não alinhados aos interesses estadunidenses, quando não o apoio, seja logística e/ou estruturalmente, a derrubada de governos democraticamente eleitos. É uma prática recorrente em relação aos EUA – independentemente de quem seja o presidente. Sobretudo, em relação aos países da América Latina, que passaram por rupturas democráticas, durante o século passado, a exemplo do Brasil, Argentina e Chile, Joffily (2018, p. 77, tradução nossa) afirma que:

O envolvimento dos EUA com os golpes militares de cada uma dessas nações refletiu as avaliações realizadas em cada caso e, como se viu, variou significativamente de país para país, embora nos três casos o apoio tenha sido inequívoco. Se houve discordâncias entre agências governamentais ou no interior de cada uma delas, até a eleição de Jimmy Carter não foram consistentes o suficiente para alterar significativamente os rumos da política externa, mesmo com a atuação decidida de setores do Congresso contrários aos regimes autoritários. A aparente contradição entre um país orgulhoso de seus sólidos fundamentos democráticos e sua política externa de promoção e aliança com ditaduras militares de direita “resolveu-se” em duas operações. A primeira construiu um argumento apoiado na noção de que os países da região não estavam maduros para viver uma democracia. A segunda, em um contexto político altamente polarizado, consistiu em empurrar para a direita o leque de opções, transformando os militares autoritários pró-EUA em “moderados”, tática viabilizada pela ameaça de um risco maior, representado pelo setor nacionalista de ultradireita.

Mesmo reconhecendo as especificidades e peculiaridades de cada país e da cultura política, a condução da política externa dos EUA busca, em linhas gerais, quase sempre e independentemente do contexto, o mesmo: ampliar a influência do império estadunidense no mundo.

A referida influência, que, em muitas circunstâncias, coloca em xeque a soberania e a autonomia dos países envolvidos, tem impacto direto no desenvolvimento social e econômico das nações, bem como na forma como os países constroem as relações comerciais, diplomáticas e políticas mundo afora.

Sobre o impacto do imperialismo estadunidense na América Latina, nas variadas áreas e contextos, Estenssoro (2003, p. 61) expõe que:

a hegemonia dos EUA e a “segurança do hemisfério ocidental” se deu às custas de uma deterioração dos sistemas políticos (ditaduras, corrupção, etc.), dos sistemas sociais (exclusão, pobreza, desigualdade), e dos sistemas econômicos (dependência, deterioração dos termos de troca, exploração, etc.) que representaram alto custo econômico, social, cultural e humano para as nações da América Latina.

A partir das reflexões acima expostas, pode-se compreender a capacidade de influência do imperialismo no mundo, em especial, na América Latina. O imperialismo estrutura-se de uma forma em que haja dependência dos países menores para os maiores – não apenas sob a perspectiva da economia local, mas, também, das questões relacionadas à política interna dos países.

A construção imperialista busca, além da constituição, a consolidação e a manutenção da hegemonia dos EUA no continente americano, ampliando as relações comerciais – tanto do ponto de vista do empresariado quanto no que toca a máquina estatal estadunidense. Sobre a relação entre os EUA e a América Latina, Ayerbe (2002, p. 60) destaca três aspectos. São eles:

a) As relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina. b) A articulação entre interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério. c) A interação entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina.

As intervenções estadunidenses, no continente americano, vão muito além das questões econômicas, sejam elas relacionadas aos interesses estatais e/ou privados. Os EUA, enquanto a maior potência econômica do mundo – apesar da destacada ascensão da China nas últimas décadas –, geralmente, não desconsidera, no diálogo com tais países, a relação entre desenvolvimento desigual e dependência.

Assim, a condução da política expansionista independe de quem esteja à frente da Casa Branca: configura-se enquanto uma política permanente de Estado. Tal postura ajuda a compreender como os EUA, institucionalmente, se movimentou em relação à política externa durante o século XX, sobretudo, em relação ao continente americano.

5 O QUE DIZEM OS ARQUIVOS SOBRE O GOLPE DE 1964

Os documentos de arquivo, embora os avanços tecnológicos tenham criado possibilidades para o registro da informação, continuam sendo fontes primárias e essenciais para a compreensão tanto do passado quanto do presente. Sobre a relevância de tais documentos, assim como a relação deles com a realidade dos sujeitos e das sociedades, Indolfo (2007, p. 29) afirma que:

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Sobretudo em sociedades democráticas e civilizadas, os documentos de arquivo estão presentes no cotidiano dos indivíduos. Isso acontece pelo fato deles serem utilizados com relativa frequência – seja na perspectiva da utilização em atividades rotineiras, seja para a pesquisa histórica.

Os documentos de arquivo, enquanto patrimônio cultural, devem, sobretudo os que possuem os valores probatório, histórico e informativo, ser preservados e disseminados, uma vez que eles nos ajudam a compreender criticamente o nosso passado – a exemplo do que aconteceu no Brasil em 1964.

Sobre tal acontecimento, possivelmente, um dos mais relevantes do Brasil no século XX, há vasta documentação produzida e disponível para consulta – seja arquivística, bibliográfica, audiovisual, entre outras. Tal diversidade documental reforça e reafirma a importância das memórias do período para a história do nosso país.

Os descritos registros informacionais, ou memórias materializadas, em especial as registradas por meio dos documentos de arquivo, contribuem no sentido não só de comprovar os acontecimentos, mas, também, de oferecer subsídios à luta por direitos. Sobre isso, Rousseau e Couture (1998, p. 32) afirmam que:

Ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para a sua utilização futura. Recordamo-lo aqui porque este papel foi muitas vezes eclipsado pela história dos homens e das sociedades que, no entanto, basearam os seus poderes e a sua perenidade nesses documentos. A criação dos documentos constituiu uma necessidade para o exercício do poder.

A produção de um documento de arquivo, portanto, sobretudo, quando feita por alguma instituição pública, mas, não somente, espelha as relações e as disputas de poder vigentes no período e no contexto em que ele é produzido – reforçando, assim, a necessidade de uma visão crítica acerca dos registros, sobretudo, quando produzidos em períodos conturbados e de efervescência política.

Foi o que aconteceu com a documentação produzida pelo governo dos EUA entre os anos de 1961 e 1969, especificamente, com os telegramas da Embaixada do referido país recebidos e

expeditos pelo Departamento de Estado. Tais documentos foram produzidos em um contexto carregado de tensionamentos e disputas no Brasil.

Analizando os documentos citados, foi possível perceber certa preocupação por parte do governo estadunidense, no sentido de acompanhar o cenário da política nacional brasileira. Portanto, a Embaixada estadunidense enviou, periodicamente, no período estudado, relatos da conjuntura política local ao governo dos EUA, com a finalidade de mantê-lo informado acerca dos desdobramentos que resultaram tanto na deposição de João Goulart quanto no pós-golpe.

É de se destacar, inclusive, a riqueza de detalhes registrados nos supracitados telegramas, mesmo reconhecendo as limitações encontradas no descrito tipo de comunicação. As informações transmitidas pelo telegrama, geralmente, compreendendo as especificidades da linguagem telegráfica, costumavam (como ainda o são, pois ainda são utilizados) ser curtas e objetivas.

Sobre a objetividade de tal comunicação, Beltrão (1981, p. 321) afirma que “telegrama é meio de comunicação empregado em casos urgentes ou especiais; é um instrumento de comunicações rápidas; é mensagem telegráfica”. Isso acontece, entre outros fatores, pelo fato do telegrama omitir os conectivos – em tese desnecessários, para o entendimento da mensagem.

Assim, os telegramas nos ajudam a compreender a complexa conjuntura em que o Brasil viveu nos anos 1960, a partir da perspectiva do governo dos EUA. Esses registros fornecem elementos que contribuem para demonstrar a preocupação dos estadunidenses acerca da política brasileira, assim como a importância do nosso país para o contexto da geopolítica internacional naquele período.

A narrativa encontrada em tais relatos, sobretudo, nos registros produzidos no período do pré-golpe de 1964, sinaliza acerca da tendência e certa aproximação do governo estadunidense com o discurso das Forças Armadas e dos setores críticos ao João Goulart. Tal aproximação pode ser observada na preocupação que o governo dos EUA tinha com algumas figuras que construíam a resistência ao novo regime – a exemplo de Carlos Mariguella.

Em um determinado telegrama, intitulado “Efeito da morte de Marighella sobre o terrorismo no Brasil”, código de referência BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/546, a embaixada dos EUA produziu um relato sobre a morte de Marighella e as consequências de tal fato, para a continuidade da resistência à ditadura no Brasil.

Tal registro, inclusive, demonstra quão bem-informados e articulados estavam os representantes do governo dos EUA no país. Ele demonstra, em outras palavras, certo alívio, por parte deles, em relação à morte do “terrorista” Carlos Marighella – termo comumente utilizado nos telegramas para se referir aos que resistiam à ditadura.

É preciso ter prudência durante a análise dos telegramas em questão, uma vez que tais documentos, compreendendo a complexidade do contexto e do conteúdo nele registrado, podem levar o pesquisador a uma interpretação enviesada sobre o objeto estudado. Ou, como afirma Evangelista (2012, p. 10),

O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomendação supérflua; entretanto, deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte.

A pesquisa documental é um dos procedimentos metodológicos mais importantes e utilizados no fazer científico. Contudo é necessário, conforme afirma Evangelista (2012), identificar não apenas os elementos explícitos no documento, mas, também, os implícitos, bem como as motivações e justificativas que levaram a uma escolha.

Os telegramas, aqui analisados, foram produzidos, inicialmente, com a finalidade de registrar e formalizar as comunicações entre o Departamento de Estado e a Embaixada estadunidense: são documentos públicos e oficiais produzidos pelo governo dos EUA – compreendendo as características e especificidades dos registros informacionais de tal natureza.

Sobre o conceito de documento público, o Arquivo Nacional (2005, p. 78) afirma que “1 Do ponto de vista da acumulação, documento de arquivo público. 2 Do ponto de vista da propriedade, documento pertencente ao poder público. 3 Do ponto de vista da produção, documento emanado do poder público”.

Assim, é possível compreender a essência e a amplitude dos telegramas em questão, visto que eles reforçam como, institucionalmente, o governo dos EUA se alinhou aos setores que arregimentaram o golpe de 1964 e, adiante, deram sustentação política e social ao novo regime. Tal apoio pode ser observado, tanto explícita como implicitamente, nos documentos em análise.

No que toca ao outro acervo estudado, a documentação do jornal Folha de São Paulo dos anos de 1961 a 1969, compreendendo a importância da comparação das fontes para o aprofundamento da análise, enquanto arquivo de imprensa, o referido acervo possui características próprias, que merecem ser consideradas em relação à análise.

Cabe salientar que, assim como a maioria da imprensa, o jornal Folha de São Paulo apoiou o golpe e a ditadura brasileira. Tal apoio envolveu não apenas a questão editorial, mas, também, o apoio logístico ao novo projeto de poder. Sobre isso, Amaral e Dias (2023, p.13) afirmam que:

Na Folha de S. Paulo, notou-se uma relação de conivência pela omissão. Dentro do grupo Folha, destacou-se especialmente o posicionamento do jornal Folha da Tarde, que foi entregue a profissionais ligados à polícia em 1969 e chegou a cooperar para encobrir repressões e, até mesmo, torturas e assassinatos de presos políticos; e da Folha da Manhã, que foi acusada de ceder carros para que policiais se disfarçassem em ações de repressão, caso nunca foi confirmado.

Esse é um aspecto que deve ser considerado na análise e interpretação do referido acervo, uma vez que isso tem impacto na forma como tal veículo abordou o golpe, a ditadura e a forma como o governo dos EUA comportaram-se, institucionalmente, em relação à deposição de João Goulart.

A Folha de São Paulo, veículo de comunicação de circulação nacional, vem, ao longo da história, fazendo a cobertura dos acontecimentos da geopolítica internacional, sobretudo, dos países

mais relevantes mundo afora, a exemplo dos EUA. O acervo do citado jornal, além de vasto e diverso, registra as memórias não só do Brasil e especificidades, mas, também, do mundo.

A partir de análise realizada nos documentos em questão, é possível perceber certo alinhamento ideológico do jornal com o discurso dos militares. Identificou-se um esforço editorial no sentido de relativizar e amenizar, quando não silenciar e/ou apagar, as violações cometidas pelo Estado brasileiro durante o regime militar.

Tal veículo de comunicação, assim como parte da imprensa da época, tomou, como tradicionalmente acontece, partido na polarização, mesmo reconhecendo os esforços para demonstrar certa imparcialidade na cobertura jornalística. Sobre a suposta imparcialidade da imprensa brasileira, José (1996, p. 45) afirma que:

A Imprensa continua sólida na sua posição de camuflar suas opções políticas, tão evidentes, sob o manto sagrado daquilo que ela arbitrariamente qualifica como notícia, sob a postura olímpica de quem apenas cobre os acontecimentos. Nunca admite ter lado, preferência, partido – e ela sempre os tem (...). Ela sempre toma partido. Sabe de que lado está. Politiza sua ação. Têm consciência disso.

No que diz respeito à cobertura internacional do jornal acerca dos acontecimentos ocorridos no Brasil, em especial provenientes dos EUA, foi possível identificar, assim como na cobertura local, além de uma proximidade discursiva com o discurso das Forças Armadas brasileiras, certo alinhamento com o pensamento pró-EUA, sobretudo, no contexto da Guerra Fria.

As matérias e reportagens do período analisado que tratam direta ou indiretamente sobre a posição do governo estadunidense acerca do golpe de 1964 e da ditadura brasileira, reforçam a preocupação deles em relação à conjuntura política vivida no Brasil durante tal período. Em algumas publicações, é possível identificar certa preocupação em relação ao endurecimento da política de repressão promovida pelos militares no Brasil – e como isso poderia impactar na opinião pública internacional.

O tema da repressão, inclusive, objeto de preocupação tanto dos estadunidenses quanto do próprio governo militar, foi visto em ambos os acervos estudados – demonstrando, na prática, a relevância da discussão para o desenvolvimento e consolidação do novo projeto de poder.

Sobre o impacto da repressão na opinião pública internacional, Moura (2023, p. 04) afirma que:

A circulação das denúncias no cenário internacional obrigou o Governo a elaborar estratégias discursivas calcadas principalmente na sua negação e na incriminação dos denunciantes, porém, a cada investida oficial tentando negar a existência das violações dos direitos humanos de prisioneiros políticos, mais evidente ficava a verossimilhança dos relatos sobre tortura que chegavam à opinião pública internacional. O Governo Militar embrenhou-se numa luta simbólica que o colocou diante do paradoxo de provar que não era aquilo que realmente era, uma Ditadura.

O Brasil, muito por conta das violações promovidas pelo Estado durante o período da ditadura, foi condenado em duas oportunidades pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A

primeira, no Caso Gomes Lund e Outros, em 2010, referente às violações promovidas pelo Estado brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia.

A outra, em 2018, foi o caso do jornalista Vladimir Herzog. Vlado, como era conhecido, e que foi detido, torturado e assassinado em uma cela no Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), na cidade de São Paulo, conforme Kleinas (2012). Os militares alegaram que ele teria se enforcado com uma tira de pano – versão prontamente contestada pela família.

Assim, a CIDH condenou o Estado brasileiro por não investigar, julgar nem punir os responsáveis pelo assassinato, ocorrido em 1975. A sentença da referida condenação concluiu que:

a Corte Interamericana conclui que, em razão da falta de investigação, bem como de julgamento e punição dos responsáveis pela tortura e pelo assassinato de Vladimir Herzog, cometidos num contexto sistemático e generalizado de ataques à população civil, o Brasil violou os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, previstos nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento, e em relação aos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em detrimento de Zora, Clarice, André e Ivo Herzog. A Corte conclui também que o Brasil descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção, constante do artigo 2, em relação aos artigos 8.1, 25 e 1.1 do mesmo tratado, e aos artigos 1, 6 e 8 da CIPST, em virtude da aplicação da Lei de Anistia No. 6683/79 e de outras excludentes de responsabilidade proibidas pelo direito internacional em casos de crimes contra a humanidade, de acordo com os parágrafos 208 a 310 da presente Sentença (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2018, p. 82).

Outro aspecto também observado na documentação do jornal Folha de São Paulo, um dos objetos de estudo desta investigação, diz respeito à forma excessivamente crítica com que tal veículo de comunicação abordava os acontecimentos relacionados aos setores que construíam oposição aos militares.

Nota-se certa preocupação editorial da Folha no sentido de demonstrar (ou, talvez, influenciar) à opinião pública acerca da condução dos militares em relação ao governo – seja endurecendo o discurso sobre os críticos, seja priorizando notícias positivas sobre as ações dos militares.

A cobertura da imprensa, geralmente, tende a influenciar, quando não definir, a percepção ou opinião pública sobre os fatos:

As pessoas tem tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída aos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979 *apud* Wolf, 2003, p. 144).

Mesmo reconhecendo a parcialidade e a subjetividade que envolve a produção dos registros informacionais em questão, tanto os arquivos de imprensa quanto os telegramas, é inegável que tais documentos são imprescindíveis para a compreensão e o aprofundamento do entendimento acerca do golpe de 1964.

Eles reforçam quão conturbada foi a conjuntura no Brasil no período do pré-golpe e os desdobramentos da ruptura, que tanto mal fez ao país e ao povo, bem como o apoio de setores internos e externos ao golpe e à ditadura – a exemplo do governo dos EUA.

6 MEMÓRIA, ARQUIVO, ESQUECIMENTO E DIREITOS HUMANOS: TEORIAS E CONCEITOS

Os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos, estudados por variados campos do conhecimento, e, a partir de múltiplas e diversificadas perspectivas, demonstram, em outras palavras, que, apesar de distintos, possuem elementos que os aproximam.

Falar de memória, sobretudo aquela materializada, por meio dos registros informacionais, a exemplo dos documentos de arquivo, é falar de esquecimento e das diferentes dimensões e possibilidades. Segundo Connerton (2008), há sete tipos de esquecimento: o prescritorial, a amsésia estrutural, o esquecimento como anulação, o esquecimento como obsolescência planejada, o esquecimento como silêncio do humilhado, o esquecimento como elemento constitutivo na formação de uma nova identidade e o apagamento repressivo. Contudo, para esta investigação, pretende-se priorizar os dois últimos.

O esquecimento¹⁷ – enquanto um dos componentes da memória – dependente dela para existir, em especial, no contexto da construção de nossa subjetividade e da rememoração do passado, visto de outra forma, não é antagônico à ideia de memória. É, na prática, um elemento necessário, como expõe Holanda:

O fenômeno do esquecimento funciona pela incapacidade de tudo se registrar, mas também pela intenção de não aniquilar a ideia de um futuro promissor. Sem esquecimento não há memória possível, pois a memória é essencialmente seleção. O esquecimento não se opõe à memória: é suplementar, inerente e indispensável (Holanda, 2011, p. 106).

Contudo, a ideia de esquecimento vai muito além da re-oxigenação da memória. Há situações, por exemplo, em que ele é, estrategicamente, construído, influenciado por elementos ideológicos, identitários, políticos e econômicos, entre outros, com a finalidade de apagar e silenciar determinados fatos, acontecimentos e sujeitos.

Tal tipo de esquecimento, geralmente, acontece quando setores influentes e hegemônicos priorizam determinadas narrativas em detrimento de outras – na maioria das vezes, com o objetivo de influenciar a compreensão dos cidadãos acerca do passado.

O que leva a uma guerra de narrativas sobre o passado, uma vez que alguns setores da sociedade entram em disputa para manipular, muitas das vezes, de forma implícita e influenciados pelas relações de poder e interesses políticos, a interpretação de parte da sociedade sobre o próprio passado.

¹⁷Sobre a visão negativa de parte da sociedade sobre a ideia de esquecimento, Potier (2017, p. 07) afirma que “primeiramente faz-se pertinente compreendermos que, pelo senso comum, o esquecimento costuma ser tomado, majoritariamente, por seus sentidos negativos. O esquecimento seria como um dano (fraqueza, lacuna) à confiabilidade da memória. A memória, nessa perspectiva, seria confundida com a própria capacidade de rememoração (“fulano possui boa memória”) e, nesse caso, se definiria como luta contra o esquecimento”.

É então que entra a contribuição dos arquivos. Com base em estudos e, neste caso, em Felício e Duarte (2019, p.254):

Foi a partir da Revolução Francesa que os antigos arquivos do Estado passaram a ser conceituados como arquivos da nação. Igualmente, evidencia-se como uma das maiores conquistas dessa Revolução o reconhecimento do mérito dos documentos à sociedade, ocorrendo significativas ações no campo arquivístico. Portanto, o século XIX demonstrou cuidado referente ao resgate da memória, motivado pelo romantismo conjuntamente com processo de composição das nacionalidades.

Assim, os documentos de arquivo, enquanto memórias materializadas, acabam sendo utilizados, compreendendo a importância para a rememoração do passado e o entendimento do presente, durante o processo de esquecimento e de silenciamento. Sobre isso, Ricoeur (2007) afirma que o registro informacional se configura enquanto a “fase documental” da memória, visto que as ações dos seres humanos, independentemente da circunstância e do contexto, são registradas em documentos e, adiante, arquivadas.

O valor dado aos documentos é fruto da leitura que fazemos sobre eles, sobretudo, a partir de possíveis usos e potencialidades. Camargo (2003, p. 14), ao refletir sobre a questão da valoração dos documentos de arquivo, sinaliza: “Não é possível separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico. Fatos ou documentos adquirem esse status a partir de um gesto de interpretação”.

A avaliação dos documentos de arquivo, quanto ao estágio de evolução, isto é, corrente, intermediário e permanente, representa, na prática, não uma separação cristalizada dos documentos e valores, uma vez que, independentemente da fase ou idade, eles integram um mesmo arquivo. Eles estão, sobretudo, a partir da forma como os utilizamos, em contínuo processo de ressignificação, como explicita Paes (2004, p. 121):

O destino dos arquivos é passar por uma lenta evolução que os afasta cada vez mais de seu objetivo primitivo. Com o passar do tempo, embora diminua o seu valor administrativo, aumenta a sua importância como documentação histórica. Não se pode dividir o arquivo em dois compartilhamentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação.

Um documento de arquivo surge, inicialmente, para servir à administração produtora e/ou acumuladora, em especial, no que toca a tomada de decisão. Na idade corrente, a primeira, quando há muita frequência de uso; e, na idade intermediária, a segunda, também, porém, com menor intensidade – sendo que na segunda fase os documentos aguardam a destinação final, que pode ser a eliminação ou a guarda permanente.

Na idade permanente, a terceira, os documentos foram recolhidos da fase intermediária e, agora, servem, prioritariamente, à pesquisa histórica, possuindo os valores histórico, probatório e informativo. Cabe salientar que, na idade permanente, diferentemente das anteriores, os documentos ficam disponíveis não apenas aos produtores/acumuladores, mas, também, à toda sociedade.

O arquivo, enquanto um conjunto de documentos, sobretudo na idade permanente, fase na qual a utilização se dá por motivos diferentes dos quais justificaram a criação, vai muito além da reunião de documentos produzidos e/ou recebidos por instituições públicas e privadas, além de pessoas e famílias. É, sim, conforme afirma Schelemberg (2015, p. 289), compreendendo a amplitude que o cerca, uma “maneira de transmitir herança cultural, por conter ideias e princípios em que se baseiam os governos, a explicação da complicada organização social e econômica humana, e a prova de sua evolução material e intelectual”.

Assim, um acervo arquivístico não se resume a um simples conjunto de documentos custodiado em um mesmo espaço. Ele é, na prática, o resultado das relações entre os distintos sujeitos e/ou grupos sociais, muitas das vezes, envolvendo disputas de poder. Sobre o conceito de arquivo, Foucault (2005, p. 146) expõe que:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo.

Os citados registros informacionais refletem as ações do produtor – registram e formalizam as funções e as atividades realizadas por quem os produziu. Por conta disso, torna-se necessário compreendê-los, para além da dimensão tecnicista, uma vez que o processo de organização de um acervo arquivístico representa o resultado de um complexo exercício laboral realizado pelo profissional arquivista.

Foucault (2005, p. 147), ao refletir sobre a dimensão filosófico-conceitual do conceito de arquivo, expõe que:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

Tal complexidade¹⁸ apresentada por Foucault, ajuda a entender as relações orgânicas entre os documentos dentro de um arquivo: a importância do princípio da organicidade¹⁹, princípio segundo o

¹⁸ Essa complexidade do arquivo é também analisada por Derrida (1997, p. 98, tradução nossa) da seguinte forma: “O arquivo reserva sempre um problema de tradução. A singularidade insubstituível de um documento

qual os documentos de um acervo refletem, organicamente, as características da instituição produtora/acumuladora – a exemplo da estrutura, funções e atividades.

Tal princípio, assim como os outros, a saber, o da proveniência, o da indivisibilidade/integridade, o da cumulatividade/naturalidade, o da territorialidade, o da ordem original, o da reversibilidade, o da unicidade e o do respeito aos fundos, formam a base da teoria arquivística – e, assim, contribuem para demonstrar as diferenças epistemológicas e práticas entre os campos da Arquivologia e as outras áreas com as quais dialoga, direta ou indiretamente, com o objeto informação.

O princípio da proveniência, acima citado – um dos mais importantes da teoria e da prática arquivísticas –, sinaliza que os documentos de uma mesma origem não devem ser misturados com os de outras instituições: devem ser organizados, separadamente, a partir de fundos. Pois, como afirma Paes (2004, p. 27), “devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo. Trata-se de um princípio que se corresponde à expressão francesa *respect des fonds*, e à inglesa *provenance*”.

Não se pode desconsiderar, sob nenhuma perspectiva, o contexto original de produção do documento, uma vez que ele contribuirá para que o usuário possa compreender as especificidades e peculiaridades do momento em que o registro informacional foi produzido. Sobre isso, Camargo (2018, p. 25) sinaliza que:

No cerne do trabalho arquivístico está a busca dos contextos de origem dos documentos, atividade que se costuma equiparar à do historiador. Não por acaso o princípio da proveniência é também conhecido como método histórico. A perspectiva é promover a adequada contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente produtor ao longo do tempo”.

Assim é possível perceber a proximidade entre os fazeres arquivístico e o historiográfico. Apesar de serem profissões e campos do conhecimento distintos, há elementos que os aproximam, uma vez que, até pouco tempo, a Arquivologia era considerada uma disciplina auxiliar da História.

A noção de que o arquivo representa a sistematização dos registros das funções e atividades do produtor e/ou acumulador independe de gênero, formato, espécie, tipologia, natureza do assunto e do documento, extensão de atuação e estágio de evolução, compreendendo a diversidade que envolve tal conceito, bem como a influência que o surgimento e o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação vem exercendo na produção de documentos.

que se tem de interpretar, repetir, reproduzir, mais em sua unicidade original todas as vezes; um arquivo deve ser idiomático e, portanto, ao mesmo tempo oferecido e furtado à tradução, aberto e subtraído à interação e à reproduzibilidade técnica”.

¹⁹Segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 127), o princípio da organicidade diz respeito a “Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”.

O documento de arquivo, a forma como o usuário o utiliza, está, diretamente, associado à conquista e à consolidação da noção de cidadania – uma vez que, como explicita Barreto (1994), a informação ajuda a conscientização dos indivíduos, assim como das sociedades, bem como contribui para a potencialização dos avanços civilizatórios.

Assim, é possível compreender e identificar as conexões entre os conceitos de arquivo, memória e informação – concepções que, carregadas de complexidade e responsabilidade social, estão vinculadas ao processo de transformação e alteração da realidade. Sobre tais relações, Duarte (2006-2007, p. 142) explicita que:

O arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. A memória só é pensável como arquivo quando se pretende determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissêmicas e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória.

Portanto, reconhecendo a dimensão polissêmica que envolve os conceitos acima citados, em especial o de arquivo, que pode ser, além do conjunto de documentos, uma instituição arquivística, uma mobilha para guarda de documentos, além do setor de uma instituição, cabe salientar que o valor que é dado ao arquivo vem crescendo à medida que as sociedades se desenvolvem.

Tal valorização também envolve, em maior ou menor grau, outros conceitos que dialogam direta ou indiretamente com a noção de arquivo, a exemplo do conceito de informação. A informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, vem sendo analisada e debatida, sob variadas perspectivas e dimensões.

O citado conceito, muito por influência dos avanços tecnológicos do século passado, assim como pelo aprofundamento das pesquisas e reflexões do presente, vem passando por um processo permanente de ressignificação. Sobre tal conceito, Le Coadic (1996, p. 04) o comprehende como o “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual”.

A informação sempre esteve presente na vida do ser humano – independentemente do formato e contexto de produção. E, por meio da explosão informacional, e tudo o que gira em torno dela, ao mesmo tempo em que multiplicaram-se as possibilidades relacionadas ao acesso e uso da informação, cresceram, também, os problemas, sobretudo os relacionados à recuperação.

A recuperação da informação, ou melhor, os estudos em torno da temática, influenciaram as discussões e reflexões que culminaram no surgimento e desenvolvimento da Ciência da Informação, bem como aproximação com alguns campos do conhecimento – a exemplo da Biblioteconomia, Psicologia, Informática, Comunicação, entre outras áreas.

Analizando as conexões entre a gênese da Ciência da Informação e o debate sobre a recuperação da informação, assim como os desdobramentos, Saracevic (1996, p. 45) afirma que:

o trabalho com a recuperação da informação foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços). Mas, também, foi o responsável por duas outras coisas: primeiro, pelo desenvolvimento

da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. Certamente, a recuperação da informação não foi a única responsável pelo desenvolvimento da CI, mas pode ser considerada como principal; ao longo do tempo, a CI ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo. Segundo, a recuperação da informação influenciou a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional. Novamente, a recuperação da informação não foi o único fator, mas o principal. Como a CI, a indústria da informação atualmente não é apenas recuperação da informação, mas esta é o seu componente mais importante.

A Ciência da Informação, compreendendo a complexidade e amplitude do objeto de estudo, foi muito além da questão da recuperação da informação, mesmo reconhecendo a importância de tal temática para o surgimento e desenvolvimento de tal ciência, bem como para as discussões e reflexões realizadas no presente.

A CI, no referido sentido, sobretudo a partir de meados do século passado, vem acompanhando e participando do processo de transformação das sociedades, em especial no que toca as questões relacionadas à informação – não apenas na dimensão tecnológica, mas, também, nas dimensões humana e social.

A dimensão social, inclusive, uma das características mais relevantes da CI, potencializada a partir do crescimento dos problemas informacionais, vem contribuindo para demonstrar à sociedade a relevância social do campo do conhecimento. Sobre isso, Wersing e Nevelling (1975, p. 11) explicita que "atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI".

À proporção que a CI vem ganhando, com o passar dos anos e o desenvolvimento das sociedades, visibilidade e valorização, os registros informacionais²⁰, materializados por meio dos documentos de arquivo, em especial os de valor secundário, também vem adquirindo uma posição de destaque – tanto em relação às sociedades quanto junto aos Estados-Nação.

No que toca aos documentos de arquivo com valor secundário, aqueles registros informacionais de terceira idade, que perderam o valor administrativo e são agora providos de valor histórico, probatório e informativo, cabe salientar que a utilização se dá com uma finalidade diferente da que justificou a produção.

Tal novo propósito está relacionado ao fato de tais documentos servirem de testemunho das ações realizadas pela instituição e/ou pessoa produtora e/ou acumuladora: por registrarem, materialmente, as memórias do passado – contribuindo, assim, para a preservação e difusão.

²⁰Sobre o conceito de informação, Barreto (1994, p. 01) afirma que "A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. A importância que a informação assumiu na atualidade pós-industrial recoloca para o pensamento questões sobre a sua natureza, seu conceito e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive".

Já quando avaliamos o conceito de memória em áreas de estudo como a História, Arquitetura, Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia e na Ciência da Informação (como também as Ciências Políticas, grifo nosso), o entendimento do conceito de memória vai além do seu simples funcionamento, mas está ligadas às relações sociais: que memórias estão sendo perpetuadas e repassadas, e além de continuar o binômio memória-esquecimento, está acompanhado das ideias de identidade, patrimônio cultural, preservação e cultura (Conceição; Oliveira, 2022, p. 70).

Portanto, a memória, fruto de uma construção social, está diretamente relacionada à ideia de arquivo, uma vez que representa a síntese do registro das relações entre os sujeitos e entre os sujeitos e o Estado. Sob tal prisma, Robert (1990, p.137, tradução nossa), ao refletir sobre as conexões entre arquivo e memória, expõe que “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”.

Tais memórias cumprem a função tanto de promover a rememoração do passado quanto no sentido de oferecer subsídios para as gerações futuras, uma vez que, para compreendermos o presente²¹ e peculiaridades, bem como projetar o porvir, é preciso conhecer e analisar, criticamente, o passado.

Assim, a memória, seja ela coletiva ou individual, compreendendo a complexidade, pode ser considerada tanto uma fonte quanto um fenômeno histórico. Ela registra os acontecimentos, sentimentos e vivências dos seres humanos e, assim, ajuda no processo de conformação da identidade cultural.

Contudo, a memória não deve mais ser entendida, como foi no passado, como algo cristalizado e vinculado, exclusivamente, ao pretérito – uma vez que ela está em processo permanente de ressignificação, bem como sofrendo influência do tempo presente. Sobre isso, Jardim (1995, p. 01) explicita que: “a memória parece visualizada sobretudo como dado a ser arqueologizado e, raramente, como processo e construção sociais”.

Portanto, a dimensão social não pode ser desconsiderada nas discussões e reflexões acerca do conceito de memória. Pois a construção memorialística sofre, geralmente, influência dos elementos subjetivos que envolvem os sujeitos – a exemplo de crenças e ideologias.

Cabe salientar que não se pode confundir o conceito de memória com o de história, uma vez que, apesar de próximos, são, na prática, conceitos distintos. A história, enquanto uma prática científica, que utiliza metodologias e critérios próprios, utiliza-se da memória, enquanto fonte, para analisar fatos e acontecimentos – e, a partir daí, construir narrativas do passado. Sobre a construção historiográfica, Motta (2014, p. 183) afirma que:

²¹Sobre a relação entre o documento de arquivo e o tempo presente, Amaral (2014, p. 19-20,) sinaliza que “o documento é tido como uma materialidade da história, não uma materialidade inerte, mas uma materialidade móvel, dinâmica, dialética, sustentada em sua própria contradição – partindo-se do presente, “pensa-se para trás” e se volta ao momento atual, para compreender e explicar o presente”.

A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes e reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação do passado, na qual não só a noção de um consenso é importante, mas também a noção do conflito o é. Neste sentido, ela não nos serve para glorificarmos o passado. O que ela realiza é, na maioria das vezes a deslegitimação de um passado construído pela memória.

O conceito de memória, muito por conta da importância e da relação com a construção do conhecimento, é estudado e analisado, a partir de várias perspectivas, compreendendo a dimensão interdisciplinar. Alguns campos do conhecimento, a exemplo da Medicina, do Direito, da História, da Psicologia, da Antropologia, da Ciência Política, assim como da própria Ciência da Informação, entre outros, vem aprofundando as pesquisas em torno do objeto memória.

Assim, Jardim (1995, p. 04), ao refletir sobre a natureza interdisciplinar, dialógica e afetiva da memória, explicita que ela representa a “expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar”, tornando-se, por influência da dimensão subjetiva, responsável por influenciar e mobilizar, subjetivamente, os sujeitos.

Tal conceito é amplo e diverso – uma vez que a memória pode ou não estar materializada, por meio de um registro informacional. Um dos primeiros e mais conhecidos métodos de transmissão de memórias utilizados no passado, e, a depender do contexto, ainda no presente, é a oralidade.

A tradição oral foi a forma utilizada pelos antepassados, mesmo reconhecendo as especificidades e limitações, para preservar e difundir as memórias das gerações passadas às futuras – contribuindo, assim, para a formação e a manutenção da identidade cultural dos povos.

Há, invariavelmente, uma estreita relação entre o conceito de memória e a ideia de identidade cultural, visto que o primeiro ajuda o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais – ou, em outras palavras, a memória ajuda o cidadão a construir a própria identidade: seja individualmente, seja coletivamente.

Tais memórias acabam, em muitos momentos, influenciadas pelas disputas e relações de poder, passando por um processo de disputa. Setores antagônicos buscam transformar as visões sobre os fatos e acontecimentos do passado, assim como do presente, em muitos casos, em memória coletiva – dada a importância que a memória possui para uma sociedade. Sobre isso, Le Goff (1990, p. 368) afirma que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Sobretudo, em relação a momentos marcados por tensionamentos e violações aos direitos humanos, tais memórias, ou informações, materializadas ou não em documentos de arquivo, mas, em especial, as que são, costumam ser objeto de preocupação e interesse.

Isso acontece pelo fato de os documentos registrarem as violações aos direitos humanos, mesmo reconhecendo a dificuldade encontrada por muitos arquivistas, assim como dos próprios

pesquisadores do campo da Arquivologia, no sentido de compreender o conceito de direitos humanos e, ao mesmo tempo, a relação com o fazer arquivístico.

Sobre tal dificuldade, Ferro (2014, p. 48) explicita que:

Falta, por parte dos profissionais da informação, tanto uma reflexão teórica sobre os direitos humanos quanto o conhecimento dos dispositivos legais que garantem e protegem estes direitos. Estas duas condições seriam um dos motivos para a dificuldade encontrada pelo campo informacional em estabelecer o conceito “arquivos de direitos humanos”.

O conceito de direitos humanos, essencialmente, complexo e plural, que está em processo permanente de ressignificação, diz respeito a todos os direitos e liberdades básicas que dialogam direta ou indiretamente com o princípio da dignidade da pessoa humana – a exemplo dos direitos à liberdade de expressão, à educação, à saúde, à liberdade religiosa, à vida, à habitação, entre outros.

Tais direitos são fruto de uma construção social e carregados de simbologia. A noção acerca dos direitos humanos vem acompanhando a evolução e o desenvolvimento das sociedades, compreendendo a importância deles para o bom convívio em uma coletividade, bem como para o exercício da cidadania.

A luta pela internacionalização e uniformização dos direitos humanos ganhou força a partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos²², em 1948, pela Organização das Nações Unidas. Tal documento, que, inclusive, o Brasil é signatário, foi uma resposta do mundo às atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Ele afirma, no Art. 2º, que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

E, para a consolidação dos citados direitos, torna-se de fundamental importância que as informações produzidas/recolhidas pelos Estados, mas não apenas elas, sejam tratadas, organizadas e disponibilizadas à quem delas necessite: o direito de acesso à informação – enquanto um direito humano fundamental – auxilia na efetivação dos outros direitos humanos.

Sobre as conexões entre os conceitos de arquivo e de direitos humanos, sobretudo do ponto de vista da aplicação prática, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA (2016, p. 02) sinaliza que:

Arquivos são úteis na luta por direitos humanos. Muitos deles são essenciais para assegurar direitos e benefícios: documentos pessoais, documentos de programas de segurança social, documentos referentes à saúde e segurança no trabalho,

²²Essa Declaração contribuiu, conforme afirma Lafer (2008, p. 298), para a “afirmação histórica da plataforma emancipatória do ser humano representada pela promoção destes direitos como critério organizador e humanizador da vida coletiva na relação governantes-governados”.

documentos de serviço militar. Alguns ajudam a comprovar direitos civis: registros de eleitores, títulos de propriedade, documentos de cidadania. Outros fornecem evidência de violações de direitos humanos, como documentos de unidades militares, policiais e de inteligência de períodos de ditadura, bem como documentos de prisões, hospitais, necrotérios e cemitérios.

A partir da afirmação do CIA, podemos compreender tanto a importância dos documentos de arquivo quanto a relevância deles, para o fortalecimento da discussão acerca dos referidos direitos, bem como no sentido de estimular o surgimento e consolidação de uma cultura de direitos humanos entre os cidadãos.

Em síntese, os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos, fundamentais para se entender as sociedades e as relações sociais, estão, intimamente, entrelaçados, uma vez que se torna improvável compreendermos uma nação, minimamente democrática e civilizada, sem que tais conceitos estejam amplamente consolidados e, sobretudo, valorizados.

6.1 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA DOS TELEGRAMAS DOS EUA (1961 e 1969)

Com o objetivo de responder ao problema de partida desta pesquisa, isto é, como o governo estadunidense se posicionou em relação ao golpe civil-militar de 1964, optou-se, compreendendo a importância da pesquisa documental para o fazer científico, pela realização de estudo nos telegramas da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969.

A referida documentação, hoje custodiada no Arquivo Nacional, foi enviada ao Brasil pelo governo dos EUA a partir de pedido da Comissão Nacional da Verdade, entre os anos de 2014 e 2015. Tais documentos, enviados digitalizados em três remessas, passaram por um tratamento arquivístico e encontram-se, hoje, disponíveis *online*, para consulta via Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), precisamente, no fundo Comissão Nacional da Verdade²³.

No primeiro momento, foi realizada, no contexto da pesquisa documental, uma triagem e sistematização dos documentos do acervo, compreendendo a diversidade tipológica e temática encontrada nos referidos registros, bem como a necessidade do respeito ao recorte temporal definido.

Trata-se de telegramas, escritos em língua inglesa, tendo como referência o período em questão, e que abordam temas relacionados às questões institucionais do governo dos EUA no Brasil, assim como dos relatos da Embaixada acerca da conjuntura política do país durante tal período.

Os referidos telegramas foram produzidos, inicialmente, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão da administração produtora, o governo dos EUA. Porém, como o passar dos anos, eles

²³Sobre essa documentação, Brasil (2015) afirma que “O acervo da Comissão Nacional da Verdade reúne milhares de documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes da repressão política, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos, laudos periciais, livros, entre outros. Na constituição de seu acervo, a CNV recebeu documentos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, arquivos de familiares de vítimas da ditadura e documentos oriundos da cooperação com governos de países como Argentina, Alemanha, Chile, Estados Unidos e Uruguai”.

adquiriram um valor secundário, servindo agora tanto aos produtores quanto à sociedade em geral. Sobre tal ressignificação temporal, Bellotto (2002, p. 22) afirma que:

Se ao tempo da produção, tramitação e vigência dos documentos (a chamada primeira idade arquivística), eles serviram à dimensão jurídica e administrativa (uso primário, valor primário, valor de prova), posteriormente esses documentos passam a ter um valor residual, que valerá, já não como prova de “fé”, e sim como testemunho, como informação. É o seu valor secundário, sendo permitido o uso do termo secundário, realizado pelos historiadores e pelos pesquisadores em geral, de cunho mais amplo que o restrito ditado jurídico e administrativo contido no teor documental.

Assim, os documentos em questão, que estão divididos em três grupos, ou remessas, compreendendo que foram enviados em datas distintas pelo governo dos EUA, foram codificados por meio dos respectivos códigos de referência, a saber: BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092001303201471, primeira remessa; BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092003323201487, segunda remessa; e BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527, terceira remessa.

Foi possível perceber, mesmo reconhecendo as limitações e dificuldades ao se analisar uma documentação produzida há tanto tempo e, ainda por cima, digitalizada, que os telegramas em questão se encontram, em linhas gerais, com uma ou outra exceção, em bom estado de conservação – demonstrando, na prática, que há uma preocupação no tocante à conservação dos documentos, tanto por parte da instituição produtora quanto da que recolheu os referidos registros.

Sobre a importância da conservação de documentos de arquivo, sobretudo em relação ao controle dos níveis de temperatura e umidade relativa do ar, Beck (2000, p. 14) sinaliza que:

Se os níveis de umidade relativa (UR) são muito baixos, aumenta-se o risco de quebra das fibras e esfarelamento dos materiais orgânicos fibrosos. Para pergaminhos e encadernações em couro a UR abaixo de 40% é perigosa e o papel também sofre abaixo desses níveis. Já nas faixas de UR acima de 65% crescem microorganismos e ocorrem reações químicas danosas.

Referente ao processo de descrição que foi realizado nos documentos em questão, assim que foram recolhidos ao Arquivo Nacional, foi possível observar, a partir de uma análise detalhada, que os profissionais que desenvolveram tal atividade seguiram, na medida do possível, compreendendo as especificidades de tais registros, as normas de descrição arquivística – a exemplo da Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Cabe salientar que os telegramas em questão, enquanto frutos do telégrafo, enquanto meio de transmissão, foram produzidos em um período em que a comunicação, sobretudo a de longa distância, não era tão desenvolvida e capilarizada quanto na atualidade. Sobre tal documento e características, Ardaillon (2015, p. 254) sinaliza que:

O telegrama, que nós não temos dúvida em considerar uma espécie, incorporou todas as características do seu meio de transmissão, que era o telégrafo. Ele precisava ser curto, porque o preço aumentava com o tamanho da mensagem. Não se usavam os conectivos, e a pontuação era substituída pelas letras pt (ponto) e vg (vírgula). A

chamada linguagem telegráfica, expressão que ainda sobrevive, dava margem a piadas do tipo “Mamãe morreu enterro amanhã”. Notícia brutal em quatro palavras, sem atenuantes... O telegrama incorporava uma série de elementos que eram típicos da sua forma de transmissão. Não deixa de ser uma aberração, portanto, termos hoje o “telegrama fonado” ou o telegrama pela internet. O nome sobreviveu, mas o documento virou outra coisa, sem mais aquelas características da linguagem telegráfica e econômica.

É possível perceber, a partir de uma análise acerca do conteúdo de tais telegramas²⁴, que, tirando uma ou outra exceção, eles são formados por registros com relatos curtos e objetivos. Muitos deles, inclusive, compreendendo a complexidade e relevância do conteúdo, foram classificados, no momento da produção, como “confidencial” e/ou “secreto”.

Assim, os citados documentos, além da classificação quanto à natureza do assunto, foram datados e carimbados, além de possuírem, na parte superior, informações sobre o conteúdo, remetente, destinatário e o código de classificação da comunicação – alguns tendo rabiscos feitos por caneta esferográfica.

Tais telegramas, compreendidos pelo campo da Arquivologia enquanto espécies documentais²⁵, assim como os outros documentos que integram o fundo da Comissão Nacional da Verdade, dada a capacidade informativa e probatória, costumam ser, frequentemente, consultados por pesquisadores de variadas formações, a exemplo de historiadores, cientistas sociais, arquivistas, jornalistas, entre outros.

Esta pesquisa foi otimizada pelo fato de o SIAN permitir que o usuário, além de visualizar os documentos integralmente, com relativa celeridade, baixe e salve os registros no próprio dispositivo – facilitando, assim, o processo de análise e interpretação realizado nos documentos.

Além disso, o sistema de recuperação de informações da citada plataforma possibilita que o usuário possa filtrar e direcionar a pesquisa a partir das especificidades do documento desejado – a exemplo do período de produção, código de referência, ordenação, níveis de descrição do fundo, entre outros.

Sobre os níveis de descrição do fundo, compreendendo a importância para o processo de descrição arquivística, o Arquivo Nacional (2006, p. 11) afirma que:

Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

²⁴Segundo Bellotto (2002, p. 88), o telegrama é um “documento não-diplomático informativo. Registro de notícia ou informação que se transmite por meio de telégrafo”.

²⁵O Arquivo Nacional (2005, p. 85) conceitua espécie documental como sendo a “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório”.

Contudo, é importante salientar que, a depender das características do acervo descrito, assim como da instituição produtora e/ou acumuladora, não são todos os níveis de descrição que devem ser utilizados durante tal processo²⁶: o processo de descrição de um fundo, diferentemente do que acontece com os acervos biblioteconômicos, vai variar de instituição para instituição.

Assim, é um dos elementos, inclusive, que ajuda a diferenciar os campos da Arquivologia e o da Biblioteconomia, mesmo reconhecendo as semelhanças e aproximações. As diferenças, inicialmente, estão relacionadas à forma de acumulação dos acervos e às especificidades das instituições produtores e/ou acumuladores.

Sobre elas, Smit (2003, p. 3) sinaliza que:

No imaginário profissional coletivo estoca-se livros e periódicos em bibliotecas e ao passo que documentos gerados pelas administrações são estocados em arquivos. A frase acima simplifica, de uma forma caricata, o imaginário, mas pretende resumir ao essencial. Em outros termos, a diferenciação se apóia na distinção de tipos (e suportes) documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso.

A documentação aqui analisada, isto é, os telegramas da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, seja à luz dos estudos arquivísticos, seja à luz dos estudos historiográficos, contribuiu para a identificação de importantes elementos, no sentido de facilitar a compreensão acerca de como o governo estadunidense se comportou referente ao golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964.

6.2 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (1961 e 1969)

Compreendendo a necessidade da comparação de fontes para o aprofundamento da análise e da reflexão acerca do objeto de estudo desta pesquisa, o presente autor optou por analisar, além da documentação do governo dos EUA, o acervo digital do jornal Folha de São Paulo dos anos de 1961 a 1969.

A escolha do referido jornal – um dos mais importantes e conhecidos do Brasil – justifica-se pelo fato da Folha de São Paulo ser responsável pela cobertura dos acontecimentos do Brasil e do mundo nos últimos cem anos, em especial, no tocante à cobertura política local e internacional, inclusive no período que compreende o recorte temporal desta investigação.

²⁶Sobre isso, o Arquivo Nacional (2006, p. 11) explicita que “Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do acervo de uma entidade custodiadora; o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso a eles em diferentes endereços; os demais níveis são utilizados de acordo com a estrutura de arranjo do fundo/coleção. Cabe observar, porém, que o nível de descrição 5 tem como requisito a existência do nível 4. Em outras palavras, itens documentais só poderão ser descritos como parte integrante de dossiês/processos. Como a definição dos níveis se dá a partir de uma estrutura hierárquica, deve-se entender o item documental como um nível e não como um documento, assim como um dossiê/processo pode ser constituído de um único documento”.

Sobre a importância e a capacidade de influência do Grupo Folha na opinião pública, Silva (2011, p. 29) explicita que:

Nos últimos 45 anos, o grupo Folha de São Paulo, além de ter se firmado como um dos mais poderosos conglomerados de comunicação do país, na segunda metade do século XX, foi capaz de exercer, como poucos, uma complexa operação de atuação sobre o Golpe de 1964, que se manifestou em ao menos quatro ações: a escritura de acontecimentos na cena pública, os usos do passado em suas narrativas, a construção de memórias e a elaboração de um planejado projeto de esquecimento sobre sua atuação no episódio.

Assim, a Folha de São Paulo, desde a fundação, em 1921, vem produzindo um vasto acervo arquivístico que nos ajuda a compreender, cronológica e criticamente, o nosso passado. O acervo do referido jornal foi, em 2011, digitalizado, integralmente, e, hoje, encontra-se disponível para os assinantes do periódico, por meio do site – tanto as edições mais antigas quanto as mais atuais.

A documentação costuma ser acessada, além de pelos jornalistas dos veículos do próprio Grupo Folha, pelos leitores e por interessados nas temáticas apresentadas no jornal – a exemplo de historiadores, cientistas sociais, advogados, pesquisadores e pelo público em geral.

Sob a luz da teoria arquivística, tais documentos configuram-se enquanto arquivos especializados de imprensa. Sobre a classificação, o Arquivo Nacional (2005, p. 30) afirma que um arquivo especializado tem “uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras”.

Enquanto documentos arquivísticos, tais registros informacionais²⁷ possuem alguns elementos, sejam eles internos e/ou externos, que facilitam a compreensão e a análise, assim como ajudam a compreender a relevância para a rememoração do passado – a exemplo do formato, datas, assinaturas, conteúdo, entre outros.

Bellotto (2002, p. 39), ao refletir sobre tais elementos, necessários a qualquer documento de arquivo, sinaliza que:

o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Nessas três partes evidenciam-se as coordenadas (representadas pelas fórmulas diplomáticas obrigatórias, próprias da espécie documental determinada pelo ato jurídico e seu objetivo) e as variantes (teor pontual e circunstancial relativo às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto).

Cabe salientar que, compreendendo a diversidade tipológica que envolve a produção documental, sobretudo em tempos de múltiplas possibilidades informacionais, não são todos os documentos que possuem as partes acima elencadas – vai depender, na prática, das especificidades de cada registro.

²⁷Sobre isso, Paes (2004, p. 23) argumenta que “Arquivo especializado é o que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo científico, independente da forma física que apresentem, como, por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante. Esses arquivos são também chamados, impropriamente, de arquivos técnicos.”

Foi possível perceber que o acervo em questão, que passou por um processo de digitalização, foi descrito de uma forma em que é possível recuperar e acessar, pelo ano em que a edição foi publicada, ou por alguma palavra-chave, todo o acervo do jornal, com relativa facilidade.

O referido acervo está disponível na seção “Acervo Folha” dentro do portal da Folha de São Paulo. A *interface*, interativa e de fácil manuseio, possui opções para facilitar o processo de busca pela edição e/ou pelo conteúdo específico, bem como para reportar erros nas imagens, fazer anotações, favoritar determinada página, compartilhar em redes sociais e, também, aumentar o zoom.

A digitalização realizada no referido acervo mostra-se, em linhas gerais, de qualidade e a luz do que sinaliza a literatura e a legislação arquivísticas – compreendendo a importância de tal procedimento para a preservação e a difusão de um acervo arquivístico. Sobre tal prática, Brasil (2010, p. 04) sinaliza que:

A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais.

O processo de captura digital²⁸, apesar de ser um procedimento, por essência, complexo e relativamente custoso, a depender do tamanho do acervo, vem sendo cada vez mais utilizado pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Cabe registrar que as novas edições do jornal Folha de São Paulo, compreendendo que tal veículo de comunicação ainda está em pleno funcionamento, não passam pelo processo de digitalização – uma vez que nascem no ambiente digital.

Tais arquivos de imprensa, mesmo reconhecendo a influência que os fatores político-ideológicos exercem na produção de um acervo de tal natureza, possuem os valores informativo, probatório e histórico, uma vez que eles contribuem, entre outras coisas, para a preservação e para a difusão das memórias do passado.

A análise arquivística realizada, no acervo em questão, permitiu perceber a importância tanto dos profissionais da informação, em especial os arquivistas, quanto, também, a relevância social do campo da Arquivologia para a organização e o tratamento da informação, sobretudo no que toca as funções arquivísticas de descrição, conservação e difusão.

Sobre a função difusão – uma das mais importantes no contexto do fazer arquivístico –, Charbonneau (2008, p. 374) expõe que:

²⁸Sobre isso, Brasil (2010, p. 04) afirma que “A adoção de um processo de digitalização implica no conhecimento não só dos princípios da arquivologia, mas também no cumprimento das atividades inerentes ao processo, quais sejam a captura digital, o armazenamento e a disseminação dos representantes digitais. Isto quer dizer que os gestores das instituições arquivísticas e os demais profissionais envolvidos deverão levar em consideração os custos de implantação do projeto de digitalização, compreendendo que um processo como este exige necessariamente um planejamento com previsão orçamentária e financeira capazes de garantir a aquisição, atualização e manutenção de versões de software e hardware, a adoção de formatos de arquivo digitais e de requisitos técnicos mínimos que garantam a preservação e a acessibilidade a curto, médio e longo prazos dos representantes digitais gerados”.

a difusão é a ação de fazer conhecer, de por em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas. A difusão dos arquivos é ainda uma atividade de múltiplos aspectos, pois comprehende todas as relações mantidas pelo pessoal do centro de arquivos com sua clientela interna ou externa, e isso, nas três idades dos documentos (tradução nossa).

Sobretudo, por influência do processo de virtualização, pelo qual vem passando a sociedade e, ao mesmo tempo, o exercício de algumas profissões, em especial a de arquivista, a difusão de acervos arquivísticos, e tudo o que a envolve, vem sendo facilitada e potencializada ao longo dos anos.

Fica nítido perceber que, hoje, os arquivos de imprensa, um dos objetos desta investigação, conseguem, diferentemente de outrora, chegar a um número muito maior de leitores – e isso se deve ao processo de digitalização que muitos dos acervos vêm passando, sobretudo os produzidos no formato tradicional.

Tal processo de digitalização relaciona-se, intrinsecamente, ao campo das humanidades digitais²⁹, uma vez que ele busca estimular e aperfeiçoar a disseminação do patrimônio cultural no ambiente virtual – independentemente do conteúdo e/ou formato. Sobre as contribuições do referido campo ao da Arquivologia, Vieira, Bittencourt e Mariz (2019, p. 46) afirmam que:

As pesquisas no campo das humanidades digitais podem contribuir para o campo arquivístico na forma como elas disponibilizam as informações arquivísticas aos seus usuários, tendo como ponto de partida a inovação e o uso das tecnologias digitais aliados ao impacto e ao envolvimento comunitário (noção de comunidade). Ao explorar essa relação, evidencia-se um ponto convergente entre esse território emergente das humanidades digitais e a arquivologia enquanto campo científico, embora seja ainda pouco explorada na literatura arquivística em língua portuguesa.

A relação entre o campo das humanidades digitais e o campo dos arquivos pode ser observada a partir da influência, ou impacto, dos avanços tecnológicos para as funções e atividades relacionadas ao fazer arquivístico – a exemplo da produção, preservação/conservação, classificação, descrição, entre outras, bem como a partir da virtualização da relação entre o usuário e o profissional da informação.

Mas é preciso ponderar que o processo de digitalização deve ser realizado com critério e respeitando a legislação arquivística³⁰, uma vez que, caso isso não aconteça, o usuário poderá ter

²⁹Sobre isso, Presner (2010, p. 03, tradução nossa) afirma que “As humanidades digitais são projetos colaborativos, envolvendo humanistas, tecnólogos, bibliotecários, cientistas sociais, artistas, arquitetos, cientistas da informação e cientistas da computação na conceituação e resolução de problemas, que muitas vezes tendem a ser de alto impacto, socialmente engajados e de amplo escopo e duração.”

³⁰Segundo o Decreto nº 10.278/2020, em seu artigo Art. 4º, “Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização de documentos físicos devem assegurar: I - a integridade e a confiabilidade do documento digitalizado; II - a rastreabilidade e a auditabilidade dos procedimentos empregados; III - o emprego dos padrões técnicos de digitalização para garantir a qualidade da imagem, da legibilidade e do uso do documento

dificuldade em recuperar e acessar a informação desejada. Sobre isso, Rockembach (2015, p. 99) explicita que:

somente a digitalização e disponibilização das informações poderá não trazer uma difusão adequada, aquela baseada na real necessidade dos usuários, em uma mediação de informação de qualidade (entre os usuários e os acervos) e mesmo em uma maior visibilidade da instituição, dos produtos e dos serviços de informação, ressaltando a importância das atividades dos profissionais que planejam, organizam e difundem a informação.

A partir daí é possível compreender a importância do processo de digitalização de acervos arquivísticos na atualidade, sobretudo, na perspectiva da preservação e da difusão das memórias materializadas, por meio dos documentos de arquivo.

O acervo da Folha de São Paulo, concluindo, dada a importância, seja à luz da historiografia brasileira, seja à luz do campo dos estudos informacionais, contribui tanto para identificar as conexões entre os campos da Arquivologia, Ciência da Informação, História e Comunicação, quanto, também, para reafirmar a relevância social dos documentos de arquivo para uma sociedade.

6.3 ARQUIVOS DE DIREITOS HUMANOS

O debate sobre direitos humanos é, muito por conta da amplitude e abrangência conceitual, essencialmente, complexo e marcado por incompreensões e dificuldades. Isso se dá pela falta de uma cultura de respeito aos direitos humanos nas sociedades, sobretudo, em relação aos países em desenvolvimento.

No que toca a compreensão e interpretação acerca dos documentos de arquivo que materializam e registram tais violações, a realidade não é diferente. O conceito de arquivos de direitos humanos, pouco debatido e analisado pelos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, ao menos no Brasil, é definido por Caswell (2014, p. 208) como:

documentos burocráticos criados durante os abusos, documentação criada por defensores dos direitos humanos e advogados após os fatos consumados para uso em julgamentos, tribunais e comissões da verdade; histórias registradas por sobreviventes, pelas famílias e comunidades de vítimas para recordar o morto e forjar a memória coletiva da injustiça passada; e, cada vez mais, provas forenses como amostras de DNA e imagens de satélite que estabelecem provas científicas de violência em larga escala.

Mesmo reconhecendo que, em quase todos os registros informacionais, é possível identificar elementos que dialogam direta ou indiretamente com os direitos humanos, cabe salientar que os arquivos de direitos humanos, enquanto arquivos especializados, possuem especificidades e características próprias que os diferenciam dos outros documentos.

digitalizado; IV - a confidencialidade, quando aplicável; e V - a interoperabilidade entre sistemas informatizados”.

O conceito acima exposto demonstra quão amplo e vasto é o conceito de arquivos de direitos humanos e, ao mesmo tempo, como os referidos registros podem ser produzidos por variados indivíduos e instituições – independentemente do contexto social e do regime político vigente.

Os arquivos de direitos humanos podem ser encontrados tanto em arquivos públicos quanto em arquivos pessoais, mesmo reconhecendo que, nos primeiros, há uma maior incidência de tais registros. No tocante aos encontrados em arquivos pessoais, eles envolvem documentos produzidos por indivíduos que sofreram violações, militantes ou não, assim como de agentes dos órgãos de repressão, bem como de familiares de perseguidos políticos.

Tais registros são classificados como tal, mesmo reconhecendo a dificuldade da definição e conceituação, não por conta da temática em si, mas, sobretudo, pelo valor secundário³¹, visto que as informações, ali registradas, são, agora, utilizadas para uma finalidade diferente da que justificou a produção. Sobre isso, Ferro (2014, p. 48) sinaliza que:

os profissionais da informação ainda não assumiram que o motivo pelo qual devem identificar, levantar e mapear os arquivos denominados “arquivos de direitos humanos” é porque estes são arquivos que apresentam valor secundário, sendo capazes de garantir e assegurar os direitos assim denominados e não porque apresentam esse tema em seu conteúdo.

A centralidade da discussão e da reflexão, em torno do conceito de arquivos de direitos humanos, está no entendimento do que são, de fato, os direitos humanos. E isso perpassada tanto a formulação teórica de tais direitos quanto também acerca dos dispositivos legais que positivam os direitos humanos.

A violação aos direitos humanos e, por consequência, a produção da documentação que registra tais violações, não ocorre tão somente em períodos ditoriais e autoritários. É preciso compreender que, em regimes democráticos, ou com características e/ou traços democráticos, geralmente, sobretudo em países em desenvolvimento, há, em maior ou menor grau, violações aos direitos humanos – sobretudo as praticadas pela máquina estatal. Sobre isso, Ferro (2014, p. 54) expõe que:

Entendemos que “arquivos de direitos humanos” e “direito à memória” tem que estar ligada também à questão da violação de outras categorias de direitos. Além disso, temos que nos preocupar com a violação de direitos que aconteceram e continuam a acontecer em períodos considerados democráticos, e não somente direitos violados nos períodos ditoriais, já que, o Estado, mesmo em regimes democráticos, viola direitos humanos e não apenas os civis e políticos, por isso, o campo arquivístico tem o dever de garantir a memória em relação a todos os direitos consagrados como direitos humanos.

³¹Sobre isso, Fonseca (2023, p. 118) afirma que “parece-me que o principal aspecto para considerar um documento “de direitos humanos” é o seu uso atual ou, potencialmente, no futuro. Quanto ao uso potencial, o arbítrio do arquivista é decisivo e, por isso, dependente de seu conhecimento e sensibilidade. Daí a necessidade de conhecer experiências de uso de documentos semelhantes em diferentes sociedades, mas também de — parafraseando Wright Mills em *A imaginação sociológica* — ter uma “imaginação arquivística”, ou seja, do profissional se esforçar para aventar outras possíveis recorrências que possam ser feitas a esses documentos”.

Assim, a produção documental relacionada aos arquivos de direitos humanos vai muito além da questão dos direitos à memória, verdade, justiça e reparação – uma vez que as violações de todos os direitos humanos podem ser registradas e materializadas em documentos de arquivo.

No tocante à documentação produzida em ditaduras, a exemplo da que aconteceu no Brasil, entre 1964 e 1985, responsável por engessar nossa democracia por longos 21 anos, os registros foram, inicialmente, produzidos com a finalidade administrativa de instrumentalizar e operacionalizar a execução da política de repressão aos opositores do regime.

E, com o passar dos anos, eles foram adquirindo um valor diferente daquele que justificou a produção, isto é, um valor secundário, como sinaliza Schellenberg (2006) – servindo, agora, de testemunho do passado e contribuindo para a luta por direitos individuais e coletivos para aqueles que sofreram algum tipo de violação durante tal período.

Torna-se de fundamental importância, até para uma identificação e compreensão mais crítica e aprofundada acerca dos referidos registros informacionais, que não se desconsidere o contexto no qual tais documentos foram produzidos, muito menos quem os produziu – compreendendo a complexidade que envolve a produção e tratamento. Ao refletir sobre tais registros, Fernandes (2017, p. 48) afirma que:

A identificação do que significa matéria de direitos humanos em um arquivo pode não ser nada óbvia. Se o próprio acesso às informações e sua eventual restrição são matérias de direitos humanos, a pertinência dos documentos não é dada apenas pelo seu texto, mas também por critérios que interessam de perto à arquivística, pertinentes à produção do documento e seus autores.

Há, invariavelmente – independentemente do suporte e da natureza do documento de arquivo –, uma estreita relação entre os conceitos de arquivo, entendido aqui enquanto o conjunto de documentos, e o conceito de direitos humanos. Tal conexão tem no direito à informação o elemento de ligação, uma vez que se torna impensável falar de direitos humanos sem considerar a materialização deles por meio de documentos de arquivo.

Assim, percebe-se a relevância dos referidos registros para o processo de desenvolvimento e consolidação das noções de democracia e cidadania, bem como para a efetivação dos direitos à memória e à verdade, entre outros. Sobre tais documentos, sobretudo, os produzidos em regimes de exceção, Quintana (2017, p. 15) explana que:

Os documentos que testemunham a violação de direitos humanos devem estar disponíveis para o exercício dos direitos em democracia. Direitos coletivos como o Direito à Verdade, o Direito à Justiça, o Direito à Memória e o Direito de conhecer os responsáveis de crimes contra os direitos humanos ou o Direito de escolher livremente o modelo de transição política do país. De igual modo, direitos individuais, como o direito à exculpação e à reabilitação, o direito de conhecer o paradeiro de familiares desaparecidos no período repressivo, o direito ao conhecimento, por qualquer pessoa, dos dados existentes sobre ela em arquivos dos organismos repressivos, à investigação histórica e científica, o direito à compreensão e reparação de danos sofridos pelas vítimas da repressão, ou o direito à restituição de

bens confiscados poderão ser exercidos plenamente só se, além de conservar-se, os arquivos dos organismos próprios do regime repressivo, incluído os dos partidos totalitários que os sustentaram, se submetam à legislação democrática e passem imediatamente ao controle de novas autoridades nas transições políticas.

A reflexão de Quintana, acima exposta, dialoga com a função básica do arquivo³²: permitir que os documentos por ele custodiados estejam disponíveis a quem deles necessite – oportunizando ao usuário, a partir das necessidades informacionais, o acesso às informações.

Sobretudo, em relação aos documentos que registram informações tão importantes e sensíveis à sociedade, e, em especial, aos cidadãos que sofreram tais violações, a função básica do arquivo e, ao mesmo tempo, a função arquivística da difusão, ganham novos contornos e mais relevância social.

O documento de arquivo contribui para a defesa e para a consolidação dos direitos humanos, à medida em que, a partir do valor probatório, registra as ações realizadas entre sujeitos e entre eles e o Estado. Sobre isso, Brito (2020 et al., p. 188) explicita que:

podemos pensar na função social dos arquivos vinculada com as possibilidades para garantir o exercício de distintos direitos. No caso dos crimes de lesa-humanidade e das graves violações dos direitos humanos, os documentos dentro dos arquivos têm servido, também, para discutir sobre os direitos em distintos contextos políticos.

A partir daí, é possível compreender, além da relevância social dos arquivos de direitos humanos, a complexidade que envolve o tratamento e a organização. O trabalho desenvolvido pelo profissional arquivista³³ – reconhecendo as especificidades dos acervos em questão – deve ser, até certo ponto, diferenciado, sobretudo no que toca a função arquivística da descrição.

Sobre a descrição arquivística dos acervos, compreendendo que tal atividade dialoga com a função difusão e, ao mesmo tempo, impactando na forma como os usuários vão acessar e interpretar tais registros, o Conselho Internacional de Arquivos (2016, p. 07) recomenda que os arquivistas devem:

incluir na descrição de acervos arquivísticos, no máximo de seu conhecimento, informações que habilitem os usuários a compreender se o arquivo pode conter informação útil para se realizar uma reivindicação de direitos humanos, especialmente aquelas relativas a graves violações de direitos humanos, que ajudem a esclarecer o destino de pessoas desaparecidas ou que possibilitem aos indivíduos buscar compensação por violações anteriores de direitos humanos.

³²Sobre isso, Paes (2004, p. 20) afirma que “A função básica do arquivo é tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.”

³³Sobre o tratamento realizado nos acervos que registram violações aos direitos humanos, Nazar (2017, p. 35) aborda que “é claro que a recuperação de documentação e informação vinculados a violações dos direitos humanos, e de quaisquer outros tipos de archivalia, requer o respeito pela integridade dos fundos documentais aos quais pertencem (no caso de se trabalhar com documentos), ou o da reposição do seu contexto de produção, no caso de se trabalhar sobre a informação que possuem esses documentos”.

Os supracitados registros, além de serem envoltos de informações sensíveis, uma vez que podem rememorar e/ou provar graves violações aos direitos humanos, e tudo o que gira em torno, são responsáveis por influenciar, em maior ou menor grau, a construção da subjetividade dos sujeitos.

É preciso compreender que as conexões entre as noções de arquivo e de direitos humanos vão muito além da mera proximidade teórica e conceitual. Tal relação dialoga com a realidade concreta dos sujeitos e das sociedades, uma vez que a difusão dos arquivos influencia, diretamente, a promoção dos direitos humanos.

Em síntese, os arquivos de direitos humanos, importantes a qualquer sociedade, minimamente, democrática, precisam ser mais bem compreendidos e analisados, uma vez que eles contribuem tanto para reafirmar a relevância social dos documentos de arquivo, quanto, também, para o desenvolvimento e a consolidação dos avanços civilizatórios das sociedades, sobretudo, em relação aos países em desenvolvimento.

7 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, metodologicamente classificada como estudo de caso, dada as suas peculiaridades e especificidades, possui uma abordagem qualitativa. Sobre esse método, Yin (2001, p. 21) expõe que "o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos".

O percurso metodológico aqui apresentado, compreendendo a importância da metodologia para uma investigação científica, busca, entre outras coisas, contribuir para facilitar a compreensão acerca do posicionamento do governo estadunidense em relação ao golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964.

A metodologia científica contribui no sentido de dar legitimidade, autenticidade e confiabilidade a uma pesquisa e/ou trabalho acadêmico, uma vez que, a partir dela, é possível que o pesquisador possa, reconhecendo as especificidades e as características da investigação, classificá-la da melhor forma e, a partir daí, escolher a melhor caminhada metodológica.

Para que o fazer científico ocorra da forma mais satisfatória e eficiente possível, portanto, para que ao final da investigação o problema de partida seja solucionado, torna-se de fundamental importância a escolha de técnicas e de métodos adequados³⁴ – uma vez que eles podem oferecer contributos para o desenvolvimento e o aprimoramento da caminhada científica.

Rodrigues (2006, p.19), ao refletir sobre a importância e a amplitude da noção de metodologia científica, afirma que:

Assim pode-se dizer que a metodologia científica consiste no estudo, na geração e na verificação dos métodos, das técnicas e dos processos utilizados na investigação e resolução de problemas, com vistas ao desenvolvimento do conhecimento científico. O conhecimento científico se constrói por meio da investigação científica, da pesquisa utilizando-se a metodologia.

Sob tal ótica, foi realizada uma análise arquivística dos telegramas da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, objetivando, além da resolução do problema de partida, compreender, a luz da teoria arquivística, como tais registros foram produzidos, organizados e tratados.

Os telegramas em questão, que estão no formato digital, em linhas gerais, apesar de uma ou outra situação atípica, estão em bom estado de conservação – demonstrando, na prática, que há uma preocupação, por parte do governo dos EUA, no tocante à preservação de documentos próprios, compreendendo a importância deles tanto para a máquina estatal quanto para a pesquisa histórica.

³⁴Sobre isso, Gaio, Carvalho e Simões (2008, p. 148) afirmam que "Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize".

Tal análise, realizada, rigorosamente, em 15 telegramas do período em questão, reconhecendo a relevância da delimitação das dimensões temporal e temática, teve como foco as comunicações que abordavam o golpe de 1964 e os desdobramentos da ditadura no Brasil.

A outra análise arquivística realizada, durante o processo de construção desta pesquisa, contempla a documentação do jornal Folha de São Paulo³⁵ dos anos de 1961 a 1969. A citada documentação, também, no formato digital, compreendendo que se trata de arquivos especializados de imprensa, registra fatos de destaque nacional e internacional.

Portanto, a análise arquivística torna-se de fundamental importância para a compreensão aprofundada e crítica acerca de um acervo arquivístico. Ela proporciona, à luz da teoria arquivística, uma visão minuciosa acerca das peculiaridades do acervo estudado – a exemplo da espécie, tipologia, gênero, formato, forma e suporte.

A pesquisa documental, enquanto procedimento de coleta de dados, recorrentemente utilizada no fazer científico, dada a relevância para a contextualização e a interpretação de momentos históricos, foi empregada nesta investigação. Sobre tal procedimento, Marconi e Lakatos (2003, p. 174) explicitam que a “característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

A análise e a interpretação dos acervos em questão, isto é, dos telegramas do governo dos EUA e da documentação do jornal Folha de São Paulo, respectivamente, reconhecendo a importância da compreensão aprofundada e crítica do acontecimento estudado, contribuiu, decisivamente, para o desenvolvimento desta investigação, bem como para reafirmar a importância da confrontação das fontes documentais para o fazer científico.

Em tal sentido, foi realizada uma triangulação das fontes em tela, objetivando contribuir para dar confiabilidade e validação em relação à coleta de dados. Sobre tal estratégia metodológica, Santana e Paiva Júnior (p. 70) afirmam que:

A triangulação também colabora com a criatividade do pesquisador por se constituir meio para a descoberta de fenômenos atípicos ou captação de dimensões desviantes de determinado fenômeno, uma vez que ela conduz a discussão a caminhos apenas encontrados pela adoção de múltiplos olhares sobre dados, a teoria e a metodologia.

Contudo, é necessário, para evitar cairmos em anacronismos, isto é, usar os costumes e valores do presente para se analisar o passado, muito menos em análises acríticas sobre tais registros informacionais, compreender os contextos histórico e social em que tais documentos foram produzidos, assim como as motivações que justificaram a produção.

O pesquisador deve, conforme Foucault (2005), se debruçar não apenas no que está objetivamente escrito e registrado no documento, mas, também, no sentido de contextualizar o local da

³⁵ O recorte temático escolhido para a delimitação dessa análise foram as matérias e reportagens (19 no total) que tratavam acerca do posicionamento do governo dos EUA sobre o golpe de 1964 e os anos iniciais da ditadura.

produção, assim como os elementos que influenciaram a criação – sejam eles comportamentais, sociais, políticos, entre outros. Até mesmo porque, na perspectiva foucaultiana, o arquivo não guarda todos os elementos e complexidades de um discurso, independentemente do contexto em que tenha acontecido tal produção – apenas aqueles mais relevantes para quem o registra/formaliza.

As dimensões da subjetividade e da parcialidade não podem ser desconsideradas no debate e na reflexão acerca do documento de arquivo. Porém, mesmo assim, ele ainda continua, independentemente de formato e natureza, sendo necessário à compreensão do passado, sobretudo, nas Ciências Sociais. Cellard (2008, p. 295) ao refletir sobre isso afirma que:

o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Além da pesquisa documental realizada nesta investigação, também foi feita uma pesquisa bibliográfica, objetivando, entre outras coisas, aprofundar o levantamento de dados e informações relacionados ao objeto de estudo. As obras utilizadas envolveram teses, dissertações, artigos e livros que, a partir de uma sistematização, que buscou, por meio de fichamentos, otimizar a caminhada científica.

A pesquisa bibliográfica, enquanto o levantamento de obras publicadas sobre a temática pesquisada, contribui, sobremaneira, para o aprofundamento acerca do estado da arte do objeto estudado – sendo, inclusive, um dos procedimentos iniciais para a elaboração de praticamente todo trabalho científico ou acadêmico. Sobre tal procedimento, Lakatos e Marconi (2001, p. 183) afirmam:

abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e seu propósito é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Assim, a pesquisa bibliográfica acaba sendo a base para quase todo o fazer científico³⁶, visto que, independentemente das características e especificidades da investigação e do objeto de estudo, ela contribui no sentido de oferecer elementos teóricos e conceituais para que o pesquisador aprofunde as reflexões e discussões sobre a temática estudada.

Em seguida, ao recolhimento e à sistematização das informações e dos dados coletados, a partir das pesquisas bibliográfica e documental, compreendendo a importância e a complexidade do universo levantado, foi realizada uma criteriosa análise e interpretação de todo o material.

³⁶Sobre isso, Fonseca (2002, p. 32) explicita que “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta”.

Sobre as duas atividades, isto é, a análise e a interpretação dos dados coletados, tarefas, essencialmente, diferentes, apesar da proximidade prática, Gil (2008, p. 156):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

A análise de conteúdo³⁷ representa, assim, um método científico, que tem por objetivo contribuir para a compreensão acerca das comunicações e, ao mesmo tempo, possibilitar ao pesquisador a identificação de aspectos comunicacionais, que vão além dos imediatos e óbvios.

Tal técnica de análise de dados busca, também, facilitar, por parte do pesquisador, a identificação dos elementos relacionados ao contexto e às condições de produção de tal registro, bem como a forma como o referido conteúdo, compreendendo a diversidade que o envolve, é recebido e interpretado.

Não se pode desconsiderar as dimensões ideológica e as relações de poder, que envolvem a construção das narrativas: é necessário realizar uma análise crítica do discurso, uma vez que, como afirma Fairclough (2001, p. 94), “O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”.

Além do conteúdo da mensagem, aspecto de fundamental importância para a compreensão, há outros elementos que, também, influenciam e devem ser considerados na análise e na interpretação do discurso – a exemplo da posição do emissor nas relações e disputas de poder, assim como o vínculo entre emissor e receptor³⁸.

A caminhada metodológica aqui apresentada – construída a partir das discussões e das reflexões dos teóricos da metodologia científica – contribuiu, sobremaneira, para permitir que os objetivos traçados no início da investigação fossem, ao final, alcançados.

³⁷Segundo Bardin (2010, p. 44), a análise de conteúdo compreende “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens”.

³⁸Sobre isso, Bardin (2010, p. 214) afirma que “O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social”.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Busca-se, neste capítulo, aprofundar as reflexões e discussões acerca de como o governo dos EUA se comportou, institucionalmente, em relação ao golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964, a partir de levantamento e interpretação de dados, realizados por meio das pesquisas documental e bibliográfica.

O golpe de 1964 representou, entre outras coisas, uma ruptura com o processo de redemocratização, iniciado por meio da Constituição de 1946 – reforçando, assim, a dificuldade histórica que o Brasil tem no sentido de manter e se estabilizar por longos períodos democráticos.

Sobretudo, do ponto de vista da instabilidade institucional vivida pelo país desde a proclamação da República, Cabral (2019, p. 82) afirma:

A história brasileira foi marcada por diversas intervenções militares. Desde a proclamação da República, passando pelo tenentismo, pelo apoio à entronização e deposição de Getúlio Vargas – sucedido pelo general Dutra –, pela renúncia de Jânio Quadros e ascensão de João Goulart ao poder até a sua destituição pelos próprios militares com o golpe de 1964, tais intervenções determinaram parte significativa da vida no país desde o século XIX.

A tradição intervencionista brasileira ajuda a entender a razão de o Brasil passar, de tempos em tempos, por rupturas democráticas e/ou por momentos de intensos tensionamentos envolvendo sobretudo militares e civis – motivadas, muitas das vezes, para não dizer em quase todas, pela necessidade das Forças Armadas intervir nas relações e disputas de poder no país.

E foi o que aconteceu em 1964, quando, a partir de uma articulação que envolveu parte da sociedade civil, a exemplo dos meios de comunicação, da Igreja Católica e do empresariado local, as Forças Armadas derrubaram João Goulart e deram início a um período sombrio marcado pelo autoritarismo e pela violação aos direitos humanos. Não se pode, sob nenhuma perspectiva, desconsiderar a influência que os civis tiveram em tal ruptura democrática, assim como nos 21 anos de regime militar. Sobre isso, Colling (1997, p. 23) expõe que:

É comum, e até justificável, ligarmos o movimento de 1964 somente à instituição militar, como se durante todos os anos do regime militar somente os militares tivessem ocupado cargos e postos de chefia no governo brasileiro. Os presidentes da República deste período foram todos militares, é verdade, mas os civis não só colaboraram no golpe, como também ocuparam funções importantes e até estratégicas durante o período. Como exemplo, o Ministério do Planejamento, que foi sempre ocupado por homens sem farda.

Mas o apoio ao golpe não se resumiu ao advindo de setores internos ao Brasil – compreendendo a importância estratégica do nosso país para a geopolítica internacional. Como pode ser observado na análise e interpretação dos acervos estudados, bem como pelo levantamento bibliográfico dos autores que tratam de tal temática, o governo dos EUA não só apoiou,

logisticamente, o golpe³⁹, em especial no que toca ao envio de material bélico aos construtores da ruptura, mas, também, a partir da transferência de recursos aos articuladores da destituição de Jango⁴⁰.

Tal apoio externo, assim como o interno, contribuiu para a desestabilização e o enfraquecimento do governo de João Goulart e, por consequência, para a derrubada, em abril de 1964. O referido apoio envolveu, também, dar sustentação internacional ao golpe e à ditadura – até para legitimar e justificar, mundo afora, a mudança drástica de governo.

Sobre o peso político que o Brasil tinha para a geopolítica internacional durante o período em questão, sobretudo, do ponto de vista dos EUA, Fico (2008a, p. 66):

Embora fosse verdade que a importância estratégica do Brasil viesse diminuindo desde a II Guerra Mundial, a problemática cubana tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdistas justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista. Esse cuidado explica a campanha de desestabilização de Goulart e o apoio ao golpe. É de fato necessário dimensionar com precisão o significado que o Brasil tinha para o governo norte-americano porque a ousadia sem precedentes da chamada Operação Brother Sam pode sugerir que o país fosse tema constante das preocupações dos Estados Unidos.

Assim, há vasta documentação arquivística, não apenas os acervos aqui analisados – isto é, os telegramas da Embaixada dos EUA recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, bem como a documentação do jornal Folha de São Paulo correspondente ao mesmo período –, sobre o golpe de 1964 e os desdobramentos do citado fato tanto interna como externamente ao país.

Nos últimos anos, sobretudo, a partir da redemocratização do país, observa-se uma crescente ampliação de acervos desclassificados, tanto os produzidos no Brasil quanto também pelo governo dos EUA. No que toca aos telegramas, objeto desta investigação, eles foram desclassificados e enviados pelo governo estadunidense ao governo brasileiro, em três remessas. Sobre tal acervo, Joffily (2018, p. 284) afirma:

O recorte cronológico cobre o período da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Do total de 694 documentos, aproximadamente 18% referem-se à administração Lyndon Johnson, 60% às de Richard Nixon e Gerald Ford, 10% à de Jimmy Carter, 11% à de Ronald Reagan e 1% aos períodos anteriores a 1964 ou posteriores a 1985.

Tais documentos, mesmo reconhecendo a complexidade e a parcialidade que os envolve, registram as memórias dos indivíduos e das instituições, sejam elas públicas e/ou privadas, assim

³⁹ Sobre isso, Black (2009) afirma que esse apoio ocorreu tanto no pré-golpe como também durante o período da ditadura.

⁴⁰ Segundo Thomas Skidmore (1988, p. 55), historiador e brasilianista norte-americano, “O governo dos Estados Unidos foi outro entusiástico defensor do golpe. Por sugestão do embaixador Lincoln Gordon, o presidente Lyndon Johnson enviou mensagem de congratulações a Ranieri Mazzilli horas depois de seu juramento como presidente em exercício”.

como contribuem, no sentido de nos ajudar a compreender, de forma aprofundada e crítica, os acontecimentos passados.

Identifica-se, assim, certa proximidade entre os conceitos de arquivo, memória e esquecimento – sobretudo, no contexto dos fazeres arquivístico e historiográfico. Sobre as contribuições do profissional arquivista ao fazer historiográfico, Camargo (2018, p. 26) afirma:

Apesar do caráter naturalmente especular dos arquivos, e da importância daqueles que decorrem das atividades de instituições com largo espectro de intervenção na realidade social, seu valor para a pesquisa é e será sempre tributário do projeto do historiador. Em contraposição, o melhor dos historiadores será aquele que, no trato com os arquivos, conseguir entendê-los como representantes de seus contextos de origem. É nesse cenário que se pode vislumbrar um diálogo fértil e, quem sabe, uma renovada aliança entre historiadores e arquivistas.

A relação entre tais campos profissionais reforça a importância social dos documentos de arquivo, uma vez que o arquivista atua na organização e no tratamento da informação arquivística. O supracitado registro informacional, respeitado o contexto de produção, torna-se fonte para que o historiador, a partir da utilização de metodologias historiográficas, construa as narrativas.

Mesmo reconhecendo o aumento exponencial das possibilidades relacionadas à produção e ao registro informacionais, o documento de arquivo, em especial o do gênero textual, ainda continua sendo uma das fontes mais utilizadas e consideradas para a análise e a interpretação do passado.

Sobre o conceito de fonte histórica e a amplitude dele, sobretudo no tempo presente, Barros (2012, p. 130):

“Fonte Histórica”, é já um truismo repetir isto nos dias de hoje, é tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador.

O conceito acima exposto pode ser mais bem compreendido, a partir da análise dos acervos estudados pela presente pesquisa. Os telegramas do governo dos EUA, por exemplo, produzidos, inicialmente, com o objetivo de servir à administração produtora, agora, enquanto vestígios e/ou rastros de tal período, servem à sociedade estadunidense, assim como ao mundo.

Isso acontece pelo fato de tais memórias, materializadas por meio dos documentos de arquivo, registrarem não apenas o passado dos EUA, mas, também, o de outros países – a exemplo do Brasil. Os citados registros informacionais comprovam como nosso país era acompanhado pelo governo dos EUA, devido à riqueza de detalhes sobre a conjuntura política do Brasil encontrados nos telegramas.

Em muitos dos registros em questão, inclusive, é possível identificar ações do Estado brasileiro relacionadas à política de repressão aos que resistiam ao novo projeto de poder, iniciado a

partir do golpe de 1964, bem como certa preocupação do governo militar, no sentido de silenciar e/ou apagar, sobretudo, para a opinião pública internacional, as graves violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil naquele período.

Sobre tal tipo de esquecimento, construído, estrategicamente, para apagar determinadas memórias, Potier (2017, p. 25) afirma que:

Algumas demandas sociais, em determinadas épocas, evocaram e evocam silêncios aptos a provocar certa “amnésia social”, capaz de consolidar realidades tidas como necessárias pela maioria dos sujeitos envolvidos nessa produção. É esse o caso do tipo de esquecimento produzido pelos processos de anistia, onde se determina que os antigos eventos traumáticos, as ofensas e desavenças sejam silenciadas por todas as partes envolvidas a fim de que se alcance certo equilíbrio evocado em nome da “paz”. A operação proposta nesses casos consiste em pôr em silêncio aquilo que se pretende que, com o tempo, caia no esquecimento.

A partir de tal reflexão, é possível compreender a próxima relação entre os conceitos de memória e esquecimento⁴¹, e como o último é utilizado, para, de tempos em tempos, promover o apagamento de determinados sujeitos e grupos sociais, em especial, os oriundos das camadas mais populares das sociedades.

Porém, há outro tipo de esquecimento, que, diferentemente do acima apresentado, não antagoniza com o conceito de memória. Ele representa, na realidade, um procedimento que é necessário a ela, uma vez que é preciso que os indivíduos esqueçam determinadas memórias para que outras sejam absorvidas e armazenadas, novamente.

É como afirma Ribeiro (2004, p.01): “A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado”. Portanto: o ser humano seleciona, influenciado por elementos em muitas das vezes subjetivo, o que será armazenado e o que será esquecido pelas memórias.

O conceito de esquecimento, independentemente das características, é analisado e debatido por inúmeros campos do conhecimento – a exemplo da Arquivologia, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Biologia e a própria Ciência da informação, entre outras áreas.

Não se pode falar de esquecimento, sobretudo, no contexto da Ciência da Informação e áreas afins, sem tratar, seja direta ou indiretamente, do conceito de preservação. A preservação, em especial no ambiente virtual, marcado por múltiplas possibilidades de acesso e uso da informação, torna-se tarefa, simultaneamente, necessária e complexa, dadas as especificidades e as incertezas do ciberespaço.

⁴¹ Foi o que aconteceu, segundo Harris (2002), entre o fim do Apartheid e o início da democracia na África do Sul. Ou, em outras palavras, o Estado sul-africano buscou, a partir do controle da memória social do regime, influenciar a percepção do povo africano acerca do que seria lembrado e, sobretudo, esquecido. Ou seja: houve um uso político das memórias por parte do Estado, assim como aconteceu no Brasil em relação ao regime militar.

Preservar significa, em outras palavras, garantir que a memória produzida seja guardada de forma segura e, ao mesmo tempo, esteja disponível para quem dela necessite. Sobre o conceito de preservação digital, Duranti (2010, p. 157, tradução nossa) afirma:

conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias destinadas a prolongar a existência do objeto digital, mantendo-o em condições adequadas para uso, seja em formato original ou em um formato mais persistente, garantindo a proteção da identidade e da integridade do objeto, ou seja, a sua autenticidade.

A preservação documental⁴², muito por influência da crescente virtualização da vida e das instituições, vem ganhando cada vez mais relevância – sendo, atualmente, uma das funções arquivísticas mais importantes e debatidas por profissionais e pesquisadores do campo dos estudos informacionais, em especial, pelo campo da Arquivologia.

Tais mudanças, ocasionadas pelos avanços tecnológicos, vêm impactando, diretamente, o debate e a prática arquivísticas, uma vez que, também, as outras funções (avaliação, produção, classificação, aquisição, descrição e difusão) estão sendo, em maior ou menor grau, impactadas pelo novo contexto de organização e tratamento informacional⁴³.

Um exemplo disso pode ser observado em relação aos acervos analisados pela presente pesquisa. Tanto os telegramas do governo dos EUA quanto os jornais da Folha de São Paulo passaram pelo processo de digitalização – facilitando e otimizando o processo de difusão dos acervos.

Sobre os impactos das novas tecnologias na função arquivística de difusão, Serafim (2023, p. 13-14) afirma:

Para a difusão, caracterizada pelo desenvolvimento de uma série de ações que visam promover os arquivos na sociedade, as atualizações do mundo digital são ainda mais importantes. Isso se deve ao fato de que para que ela ocorra de forma plena é necessário que os responsáveis por promovê-la façam uso das ferramentas de comunicação disponíveis, o que na atualidade implica não apenas no desenvolvimento de páginas na web, mas também no uso das novas plataformas virtuais.

⁴² Sobre a preservação, em especial a realizada no ambiente virtual, Terry Cook afirma que: “Os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo eram baseados em padrões apropriados de reparo, restauração e uso dos suportes físicos. Com os documentos eletrônicos, os suportes físicos tornam-se quase que totalmente irrelevantes, na medida em que os documentos terão seus conteúdos migrados muito antes da deterioração física de seus suportes. O que passa a ser importante é a reconfiguração do documento original em relação à sua funcionalidade, proveniência e originalidade, e é sobre estes problemas que os arquivistas terão que focar a sua atenção”. (COOK, 1997 apud SILVA, 2008, p. 100, tradução do autor)

⁴³ Contudo cabe salientar que, apesar dessas mudanças, os princípios arquivísticos, base de toda teoria arquivística, ainda continuam presentes no saber e no fazer da área. Sobre isso, Banat-Berger (2012, p. 48, tradução nossa) afirma que: “É muito interessante constatar que os princípios fundamentais da arquivística resistem bem na era digital, quando se trata de avaliar e criticar suas origens constitutivas, a saber: os princípios de proveniência, de respeito aos fundos, de que um documento só deve ser visto em seu contexto de criação e utilização, o que permite os arranjos por níveis de descrição. [...]. Esses princípios continuam sendo totalmente operativos e eficientes [...]. Eles permanecem perfeitamente aplicáveis na era digital e podem mesmo servir como apoio, até certo ponto, para que se encontre uma metodologia diante de uma informação cada vez mais fragmentada e movediça”.

É inegável que o ambiente virtual facilitou e simplificou o processo de difusão das informações arquivísticas, mesmo reconhecendo as limitações e limites, sobretudo, em um país tão desigual quanto o Brasil. Na contemporaneidade, a informação produzida e registrada consegue, se bem tratada e organizada, estar disponível a um número muito maior de usuários.

Além disso, não se pode desconsiderar a questão da obsolescência de *software*, *hardware* e formato: é fundamental, de tempos em tempos, fazer a migração de tais suportes para que a informação custodiada fique acessível pelo máximo de tempo possível, bem como se mantenha autêntica e confiável.

É prudente que tal procedimento de alteração de suporte seja, quando não executado, acompanhado por um arquivista, uma vez que tal profissional possui as habilidades e competências necessárias para garantir que as características do documento original sejam preservadas durante tal processo⁴⁴.

O conceito de migração, segundo o Arquivo Nacional (2016, p. 26), é:

Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade de os objetos digitais serem acessados face às mudanças tecnológicas. A migração consiste na transferência de um objeto digital: a) de um suporte que está se tornando obsoleto, fisicamente deteriorado ou instável para um suporte mais novo; b) de um formato obsoleto para um formato mais atual ou padronizado; c) de uma plataforma computacional em vias de descontinuidade para uma outra mais moderna.

Nota-se que as características dos documentos analisados foram mantidas, mesmo após o procedimento de transferência para o meio digital: a confiabilidade e a autenticidade, elementos fundamentais para um documento de arquivo, foram conservadas, bem como a custódia digital ininterrupta.

No contexto do fazer arquivístico e das instituições de custódia, em especial, nos arquivos públicos, é que as conexões entre os conceitos de memória, esquecimento, direitos humanos e arquivo são reafirmadas e potencializadas. O que se dá, entre outros fatores, pelo fato de tais conceitos dialogarem com a realidade concreta dos sujeitos e das sociedades, visto que eles contribuem para a constituição da identidade dos povos.

Concluindo, os referidos acervos estudados representam parte das memórias do governo dos EUA sobre o golpe de 1964 e a ditadura brasileira. Eles reforçam o entendimento de que o governo estadunidense não apenas apoiou, institucionalmente, a derrubada de João Goulart, mas, também, deu sustentação, sobretudo no que toca a opinião pública internacional sobre os primeiros anos do regime militar.

⁴⁴ Esse procedimento reforça o entendimento de que um documento de arquivo vai muito além do seu suporte, gênero e formato. Ou, como afirma Delmas (2010, p. 133), “Da mesma forma, pouco importa que as técnicas modernas multipliquem, ao lado dos textos tradicionais, a produção de dados, de imagens, de documentos visuais e sonoros, virtuais ou reais, em suporte eletrônico ou ótico, de objetos. As condições de sua criação fazem deles, ipso facto, documentos de arquivo como os outros, com o mesmo caráter pessoal e a mesma presunção de autenticidade. Escritos, ou mais precisamente, registros, servem de referência ou de prova”.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos acervos tanto do governo dos EUA quanto do jornal Folha de São Paulo proporcionou uma compreensão aprofundada e crítica acerca da complexidade e da relevância social dos documentos de arquivo para uma sociedade, assim como dos profissionais que atuam no tratamento e na organização de tais acervos arquivísticos, em especial os arquivistas.

Os documentos de arquivo, sobretudo os do gênero textual, continuam, mesmo com a multiplicidade de formatos e suportes informacionais do tempo presente, sendo imprescindíveis para a rememoração do passado, bem como para o entendimento e a reflexão acerca da atualidade.

Em tal sentido, foi possível concluir, a partir da análise dos acervos em questão, ou seja, os telegramas da Embaixada dos EUA, recebidos e expedidos pelo Departamento de Estado entre os anos de 1961 e 1969, bem como da documentação do jornal Folha de São Paulo correspondente ao mesmo período, que o governo dos EUA apoiou, institucionalmente, o levante civil-militar que resultou na deposição de João Goulart em 1964.

Em relação aos telegramas dos EUA, identifica-se certa preocupação, pois, desde os anos que antecederam o golpe, assim como durante os anos iniciais do regime militar, acerca da conjuntura política vivida pelo Brasil, o governo dos EUA, o que se comprova por meio dos referidos registros, via nosso país com certa preocupação, compreendendo a importância estratégica do Brasil para a geopolítica internacional.

Tal apoio externo, assim como o interno, ajudou a dar legitimidade ao golpe e ao novo projeto de poder, iniciado no país naquele ano, uma vez que, para os militares, era importante transparecer, sobretudo para a opinião pública internacional, que o Brasil vivia uma democracia.

Assim, os citados telegramas foram produzidos com a finalidade de registrar e formalizar o diálogo entre o Departamento de Estado e a Embaixada dos EUA – servindo, inicialmente, à administração produtora; e, com o passar dos anos, os mesmos registros informacionais adquiriram outra finalidade: servem agora à pesquisa histórica, tanto a realizada nos EUA quanto também em outros países.

Nota-se, a partir da análise dos referidos telegramas, que tais registros foram produzidos com riqueza de detalhes em relação aos acontecimentos políticos de maior destaque no Brasil, mesmo reconhecendo as limitações na produção de documentos da referida natureza.

Os telegramas estão, em linhas gerais, a exceção de um ou outro, em bom estado de conservação – demonstrando, assim, que houve certa preocupação da instituição produtora/acumuladora no sentido de garantir que tal acervo fosse organizado e tratado de uma forma em que fosse preservado pelo máximo de tempo possível.

No tocante ao acervo do jornal Folha de São Paulo – enquanto arquivo de imprensa, possuidor de características diferentes do outro acervo estudado –, notou-se que, assim como os telegramas, os referidos jornais, ao menos em relação aos anos analisados, de 1961 a 1969, encontram-se, também,

em bom estado de conservação, apesar dos jornais serem produzidos em suporte com qualidade inferior.

Tais registros, inicialmente, produzidos em suporte convencional, foram digitalizados em sua integralidade e encontram-se disponíveis para a consulta por parte dos assinantes do jornal, diretamente, no portal da Folha. O acesso a tal plataforma se dá de forma simples e intuitiva, permitindo ao usuário recuperar o conteúdo tanto pelo número da edição quanto pelo conteúdo específico.

O processo de digitalização, realizado em ambos os acervos, facilitou o acesso e o uso de tais documentos – otimizando e simplificando, de certa forma, as etapas de construção da presente pesquisa, uma vez que toda a coleta e sistematização dos dados foram realizadas virtualmente.

Compreende-se, assim, a relevância das funções arquivísticas, não apenas a difusão e etapas correlatas (criação/produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição e preservação), visto que elas contribuem no sentido de facilitar o tratamento e a organização da informação produzida e registrada.

Em um contexto de crescente virtualização da vida e das instituições, como o atual, as funções arquivísticas, assim como os campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, continuam a desempenhar papel fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das sociedades.

Esta pesquisa reafirma – sobretudo, a partir da análise e reflexão acerca dos acervos estudados – a proximidade entre os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos. Tais conceitos, fundamentais em qualquer sociedade que se proponha democrática e civilizada, muito por conta da contribuição ao processo de rememoração do passado, são carregados de responsabilidade social e ética.

A visão arquivística sobre tais acervos permitiu compreendê-los para além da dimensão historiográfica. Ela permitiu não apenas entender o contexto e as especificidades da produção de tais documentos, mas, também, como os avanços tecnológicos vêm modificando e impactando todo o processo, bem como a necessidade do profissional arquivista, assim como dos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, acompanharem e se debruçarem sobre tais mudanças.

O referencial teórico aqui apresentado, assim como a própria metodologia, carrega significativas contribuições à temática estudada – uma vez que traz o estado da arte da discussão posta em conexão com os conceitos e reflexões relacionados ao objeto da investigação.

Os resultados alcançados pela presente pesquisa estão alinhados com os objetivos inicialmente elencados. As contribuições desta investigação aos campos da Ciência da Informação e da Arquivologia podem ser observadas tanto em relação ao estudo e aprofundamento acerca dos telegramas dos EUA – documentação pouco estudada por ambas as áreas no Brasil –, quanto, também, pelas conexões, discussões e reflexões construídas entre os acervos analisados e os conceitos de esquecimento, memória, direitos humanos e arquivo.

Por conta do ineditismo da pesquisa, em especial pela falta de bibliografia acerca da temática abordada, assim como pelas complicações resultantes da pandemia de covid-19, esta investigação acabou tendo a conclusão postergada – porém, sem comprometer a qualidade e a relevância dos resultados da pesquisa.

Esta pesquisa demonstrou haver uma lacuna científica na CI e na Arquivologia, em relação aos telegramas dos EUA. Espera-se, reconhecendo as limitações e limites de uma pesquisa de doutorado, que esta investigação tenha colaborado tanto para mitigar tal vazio quanto, também, para estimular novas possibilidades investigativas – a exemplo das outras tipologias documentais encontradas no acervo dos EUA enviadas ao Brasil, ainda pouco estudadas⁴⁵ –, reconhecendo a importância da discussão aqui realizada.

Os resultados desta investigação podem contribuir para reforçar e reafirmar a relevância da compreensão histórica acerca da temática abordada e dos documentos de arquivo, sobretudo, para que os erros do passado não voltem a se repetir, bem como da atualidade do debate sobre sustentabilidade informacional para o desenvolvimento sustentável⁴⁶.

Reafirma-se, assim, a importância de se seguir explorando as complexas interações entre os conceitos de memória, arquivo, esquecimento e direitos humanos⁴⁷, com foco na rememoração do passado e no entendimento crítico do tempo presente. Ao fazê-lo, busca-se aprimorar a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e políticas envolvidas, favorecendo intervenções mais eficazes para a construção de uma memória coletiva e no fortalecimento da cidadania.

⁴⁵ Cita-se, por exemplo, dentre outras tipologias encontrados no acervo em tela, os relatórios produzidos e enviados pela Embaixada dos EUA no Brasil ao Departamento de Estado estadunidense.

⁴⁶ Sobre isso, ver Organização das Nações Unidas (2015) – “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

⁴⁷ O autor desta pesquisa pretende, nesse sentido, após o doutorado, dar sequência nas discussões e reflexões acerca das conexões entre esses conceitos – sobretudo a partir do aprofundamento do conceito de arquivo de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e as relações internacionais no pós-Guerra Fria.** In: LADWIG, Nilzo Ivo; COSTA, Rogério Santos da (orgs.). Vinte anos após a queda do muro de Berlim: um debate interdisciplinar. Palhoça: Editora da Unisul, 2009.
- AMARAL, Eloiza; DIAS, José. A Construção da Memória de Deputadas Federais Cassadas na Ditadura Civil Militar Pela Ótica dos Jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. In: 46º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte, Intercom, 2023, p. 1-15.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. A dialética do arquivo: “pensar para trás”, entender o presente e mudar o futuro. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 11-22, 2014.
- ARANA, M.V.M. **Games e geração digital:** um discurso da continuidade. 2004. Tese (Doutorado em comunicação e semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.
- ARDAILLON, Danielle (org.). **Dar nome aos documentos: da teoria à prática.** São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** nunca mais. 20. ed. Petropolis: Vozes, 1985.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Glossário – Documentos Arquivísticos Digitais.** 6. Versão. Rio de Janeiro: 2016.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina:** a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.
- AZEVEDO, D. L. Documento reservado: verdades, segredos e disputas pela memória nos acervos da Ditadura Civil-Militar brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.6, n.1 e 2, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out. / dez. 1994.
- BARROS, J. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica, **Mouseion**, Canoas, v. 12, p. 129-159, 2012.
- BAUER, C. S. Terrorismo de Estado e Repressão na Ditadura Cívico-Militar de Segurança Nacional Brasileira (1964-1988). In :SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 23., 2005, Londrina. *Anais* [...].Londrina: Associação de História, 2005, p. 1-8.
- BANAT-BERGER, Françoise. Lesfonctions de l'archivistique à l'ère dunumérique. In: DELPIERRE, Nicolas; HIRIAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise. *Leschantiersdunumérique: Dématerrialisationdesarchives et métiers de l'archiviste.* Louvain-la-Neuve: Publicationsdesarchives de l'universitécatholique de Louvain, 2012. p. 39-59.

BECK, Ingrid. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Série como fazer vol. 8. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dicionário de terminologia arquivística. 1 ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 5–18, 2012.

BELTRÃO, Odacir. **Correspondências**: linguagem e comunicação. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 1981.

BLACK, Jan Knippers. **A penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

BRAGA, Fernanda de Souza. A Ditadura Militar e a Governança da Água no Brasil: Ideologia, poderes político econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte. **Taylor & Francis Group**, Londres, v.1, 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Brasília, DF, abr. 2010. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Memórias Reveladas**. Acervo da Comissão Nacional da Verdade. 2015. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. [Decreto (2020)]. **Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRITO, Ana; FERREIRA, Lúcia; BARBUTO, Maria; MEDEIROS, Shara. Função social dos arquivos do memorial da democracia da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 180-191, 2020.

BRIZOTTO, Bruno. Leituras do excepcionalismo americano na ficção de Graham Greene e Erico Veríssimo. **Garrafa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 8 – 27, jan./mar. 2019.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. O Serviço Nacional de Informações e a censura a LGBTI+ na ditadura militar brasileira. In:Thayron RodriguesRangel; Ramon MacielFerreira. (Org.). **Memórias da ditadura: a Arquivologia e o direito ao acesso**. São Paulo: ARQ-SP, p. 82-106, 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Historiadores e arquivistas**: um diálogo possível. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. n. 48, p. 23-26, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Sobre o valor histórico dos documentos**. Arquivo Rio Claro , v. 1, p. 11-17, 2003.

CAMPOS, R. D. E; GONÇALVES, C. H. P; RIEGER, F. C. Poder e identidade na África: o imperialismo e suas consequências para o continente. *Revista Perspectiva*, p. 143-162, n. 7, 2011.

CARDOSO, Julio Cesar. A questão da ordem original em Arquivística: reflexões a partir de Elio Gaspari e Jean Piaget (cinco anos depois). **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 6-18, ago./dez., 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repository/2010/05/pdf_3797212ced_0010240.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

CASWELL, Michelle. Defining human rights archives: introduction to the special double issue onarchives and human rights. **Archival Science**, Dordrecht, v. 14, p. 207-213, 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARBONNEAU, Normand. La diffusion. In: COUTURE, Carol et al. **Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine**. Québec: Presses de L'université du Québec, 2008. Cap. 8. p. 373-428.

COHEN, Benjamin. **A questão do imperialismo**: economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1997, 157 p.

CONCEIÇÃO. J. I. F.; OLIVEIRA, J. C. A. de. Porquê um lugar de memória. In: OLIVEIRA, J. C. A. de. **Patrimônio, Culturas e Memória**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory Studies*, Londres, n. 1, p. 59- 71, 2008. Disponível em: <http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/08Connerton7TypesForgetting.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos**. Conselho Nacional de Arquivos, 2016. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev%20final%2007112016_Portuguese.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Herzog e outros vs. Brasil**. Sentença de 15 de março de 2018 (exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Corte Interamericana de Direitos Humanos, San José, 2018. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

DA MATTA, R. L.'interdisciplinarité dans une perspective anthropologique: quelques réflexions de travail. In: PORTELLA E., Entresavoirs. **L'interdisciplinarité en actes**: enjeux, obstacles et résultats, Toulouse: Ed. Erès/Unesco, 1992. p. 57-76.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de archivo**: una impresión freudiana. Madrid: Editorial Trotta S.A., 1997. 105 p.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras**: Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto, I Série, vol. V-VI, p. 141-151. 2006-2007.

DUARTE, Z.; SILVA, A. **Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia**: olhar(es) introspectivo e analítico sobre “modo de ser e de estar” médico-cultural. Salvador: EDUFBA, 224 p. 2016.

DUARTE, Z.; SOUZA, S. S. ; ABREU, C. M. . Um olhar biográfico sobre médicas-cultural do século XIX/XX em Portugal e no Brasil. **Asklepion**: Informação em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 70-90, 2021. DOI: 10.21728/asklepion.2021v1n2.p70-90. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/27>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DUARTE, Z.; SOUZA, S. S. . Ressignificação de memórias de médicos-cultural Bahia - Sergipe – Portugal: plataforma digital. **Asklepion**: Informação em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 55-69, 2021. DOI: 10.21728/asklepion.2021v1n2.p55-69. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/20>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DURANTI, Luciana. The long-term preservation of the digital heritage: the case of universities institutional repositories. **JLIS.it**, Macerata, v. 1, n. 1, p. 157-168, mar. 2010. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/12/21>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ELIAS, Aluf Alba Vilar. Entre a Democracia e o Segredo público: Direito de acesso à informação arquivística pública e o papel do Arquivo Nacional do Brasil.. *In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL*, 8. 2010, Montevidéu. **Anais** [...]. Montevidéu, Mercosul, 2010.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, **Desigualdade e Pobreza na América Latina**. São Paulo, Departamento de Sociologia (Tese de Doutorado), 2003.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FELÍCIO, V; DUARTE, Z. Dorival Caymmi: arquivo em apartamento-museu. *In: FREIRE, O.; ROSA, M. N. B.; CÓRDULA, A. C. C. Vidas desarquivadas*: memórias que narram os arquivos pessoais. João Pessoa: Editora UFPB, 286p., 2019.

FERNANDES, Luís Eduardo Viana. **O Debate sobre o papel constitucional das forças armadas na assembleia nacional constituinte (1987-1988)**. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2022.

FERNANDES, Pádua. Arquivos e direitos humanos: documentos e violações durante a ditadura militar no Brasil. **Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, a. 2, n. 5, p. 40-50, 2017.

FERRO, Carolina Martins. **Os direitos humanos, a Unesco e os arquivos**. 2014.184 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia de planejamento (1946-1964). *In: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta*. São Paulo: Editora SENAC, 472 p. 2000.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanços históricos e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila, 2002.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **Arquivos pessoais e direitos humanos**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 36, nº 79, p.112-128, Maio-Agosto, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 236 p., 2005.

FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARCIA, Emerson. As Forças Armadas e a Garantia da Lei e da Ordem. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, v. 13, p. 41-61, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. São Paulo: Intrínseca, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 200 p., 2008.

GRANATIERE, Marcella. Brasil, um país chamado “do futuro”. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP**, Porto, n.9, maio de 2021.

HARRIS, Verne. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, Dordrecht, v. 2, n. 1-2, p. 63-86, 2002. <https://doi.org/10.1007/BF02435631>

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: PAZ E TERRA, 2010.

HOLANDA, Adriana Buarque de. **Memória e esquecimento na Ciência da Informação**: um estudo exploratório. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2011.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553>. Acesso em: 4 jun. 2024.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, 2018.

JOFFILY, Mariana. Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológicos. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 25, p. 275-302, Jul/Dez. 2018.

José, Emiliano. **Imprensa e poder**: ligações perigosas. Salvador/São Paulo, Edufba/Hucitec, 1996.

KLEINAS, Alberto. A morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura: a desconstrução do suicídio. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

KONRAD, Dioge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade: luta de classes e golpe de estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**: Revista do Programa de Pós- Graduação em História, Porto Alegre, v. 18, n. 33, 2011.

LAFER, Celso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto: 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 117 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2 ed. São Paulo: Arquivo do Estado e IMESP, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 311p. 2003.

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. **Acervo**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 176–191, 2017. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/723>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MOURA, Bruno dos Santos Prado. Práticas de denúncia contra a Ditadura brasileira (1969-1974): uma luta e uma derrota simbólicas. **Revista Ágora**, Vitória/ES, v. 34, n. 2, p. e-2023340202, 2023. DOI: 10.47456/e-2023340202. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/38821>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. **História e memória. Cadernos do CEOM – Chapecó**: Argos, v. 16, n. 17, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** - cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. 429 p.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAZAR, Mariana. **Arquivos e Direitos Humanos**: entre a História, a Memória e a Justiça. Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, a. 2, n. 5, p. 24-39, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PINHEIRO, L. V.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./jul.1995.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2zzCWji>. Acesso em: 29 out. 2023.

POTIER, Robson William. Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento. In: ENCONTRO REGIONAL DE NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11. 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2017. p. 01-30. Disponível em:

http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1496194956_ARQUIVO_Memoria,silencioeesquecimento-Final-Revisado.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

PRESNER, Tood. Digital humanities 2.0: a report on knowledge. In: PRESNER, Todd; SIEMENS, Raymond; DRUCKER, Johana. **Digital humanities 2.0:** a report on knowledge. Cambridge: MIT Press, 2010. Disponível em:

<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=d96803c5657b3f849d3e2600a4a3efbd686d0780>. Acesso em: 17 mar. 2024.

QUINTANA, Antonio González. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 10-23, 2017.

RAMOS, André Luiz Araújo; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo. Religião Civil, Destino Manifesto e Política Expansionista Estadunidense. **Ameríndia**, Ceará, v. 4, n. 2, p.2-17, fev. 2007.

RAMPINELLI, Waldir José. O terrorismo de Estado na Argentina. **Rebela**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 356-362, fev. 2012.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica. **Comciência**, 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/memoria/13.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBERT, Jean-Claude. Lesrapports entre l'histoire e l'archivistique. In: **GIRA. La place de l'archivistiquedanslagement de l'information: perspectives de recherche**. Montreal: Université de Montreal, 1990.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 98-118, 2015.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica:** completo e essencial para a vida universitária. [s.l]: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1982.

RODRIGUES, Thiago; MACIEL, Tadeu Morato; MENDONÇA, Thaiane. A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. **Revista Brasileira De Estudos De Defesa**, Niterói, v. 8, n. 2, jul./dez, p. 99-125, 2021.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTANA, Rebeka Cristiny Barbosa de.; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de. Júnior. Triangulação metodológica na pesquisa qualitativa: um estudo em periódicos brasileiros voltados ao turismo. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquiraz, v.13, n.1, p.67-81, 2022.

SANTOS, Marcelo. A supremacia dos EUA no pós-Guerra Fria. *In: Perspectivas*, São Paulo, n. 29, p. 37-66, 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/32/25>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SANTOS, Rhenan Pereira. Passado em disputa: a contribuição da teoria dos gêneros do discurso para os atuais desafios da historiografia. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 5, n. 8, janeiro-junho, p. 307-327, 2020.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SCHELLENBERG, Theodor Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHELLENBERG, Theodor Roosevelt. Documento: Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.

SCHILLING, Voltaire. **América**: a história e as contradições do império. Porto Alegre: L&PM, 288p., 2004.

SERAFIM, Rafaella de Souza. **Um universo de possibilidades**: o papel das redes sociais nas dinâmicas atuais de difusão nos arquivos. 2023. 102 p. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos), Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de S. Paulo e o golpe de 1964. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, T. C.; SOUSA, J. S. DOMINAÇÃO IMPERIALISTA NO SÉCULO XIX: BREVES APONTAMENTOS SOBRE ESSE PROCESSO NA ÁFRICA E A ÁSIA. *In: CEDREZ, Thiago da Silva; GANDRA, Edgar Avila; SIMÕES, Elvis Silveira. (Org.). Ciências Humanas em foco: pesquisas acadêmicas*. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, v. 1, p. 65-77, 2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 129 p. 1988.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n° 2, p. 66-78, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1713/1464>. Acesso em: 3 jul. 2023.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Editora

Brasiliense, 123 p. 1982.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013.

VIEIRA, T. O.; BITTENCOURT, P. R.; MARIZ, A. C. A. As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 40-52, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v15i1.4548>. Acesso em: 17 mar. 2024.

VINCK, D. El papel de los objetos intermediadores en la interdisciplinariedad. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.11, n.1, p. 3-25, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/23172>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WERSIG, G.; NEVELING, U. **Os fenômenos de interesse para a ciência da informação**. São Paulo: Senac, 1975.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editora Presença, 2003.

WOOD, E. M. **Imperialismo dos EUA**: hegemonia econômica e poder militar. Revista Crítica Marxista. São Paulo: Revan, n.18, p. 49-61, 2004.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre, RS: Editora Bookmam, 205 p., 2001.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Tradução Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM, 2006.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Sistema de Informações do Arquivo Nacional – Fundo Comissão Nacional da Verdade

Acervo Folha – Arquivo do jornal Folha de São Paulo